



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIII

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2024

Nº 49

SUMÁRIO

SUP. RECURSOS HUMANOS.....	460
PRIMEIRA SECRETARIA.....	462
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO.....	463
TAQUIGRAFIA.....	465

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 670/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

DANILO HENRIQUE ALENCAR MAIA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Membro de Comissão de Compras e Licitações, código DAS-06, no Departamento de Compras - Superintendência de Compras e Licitações, a contar de 01 março de 2024.

Porto Velho, 18 de março de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0176244

ATO Nº 672/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

JOSE ALEX MARQUES DE AGUIAR, para exercer o

Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, no Gabinete da Deputada Gislaíne Lebrinha, a contar de 01 março de 2024.
Porto Velho, 19 de março de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0176547

ATO Nº 671/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

SOLANGE ATAIDE SILVA SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, no Gabinete do Deputado Cirone Deiró, a contar de 01 março de 2024.

Porto Velho, 18 de março de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0176245

ATO DE DIÁRIA Nº 0176337/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) diárias a Deputada Estadual Gislaíne Clemente, matrícula 200172424, pelo deslocamento via

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Whisranielly Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



transporte aéreo de Porto Velho/RO a Lisboa/Portugal, no período de 05/04/2024 a 14/04/2024, com a finalidade de Participar do evento da XVII Benchmarking Resíduos Sólidos, que tem objetivo de explorar as inovações na área de saneamento e gerenciamento na área de resíduos sólidos, bem como a buscar conhecimento tecnologias na área, conforme processo nº 100.049.000029/2024-65.

Porto Velho, 19 de março de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0176337

ATO DE DIÁRIA Nº 0176574/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

Considerando o que consta no Despacho 0175619 do processo n.100.041.000158/2023-42.

RESOLVE:

Alterar o ATO DE DIÁRIA Nº 0084030/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO, publicado no Diário Oficial da ALERO n. 176, pág. 3079, datado de 29/09/2023, concedendo diárias ao Deputado Estadual Alan Kuelson Queiroz Feder, matrícula n. 200169096, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Fortaleza/CE e João Pessoa/PB, conforme processo nº 100.041.000158/2023-42.

ONDE SE LÊ: "Conceder 06 (seis) diárias... no período de 03/10/2023 a 08/10/2023..."

LEIA-SE. "...Conceder 04(quatro) diárias...no período de 03/10/2023 a 06/10/2023..."

Porto Velho, 19 de março de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0176574

ATO DE DIÁRIA Nº 0176516/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vilhena/RO ao município de Cerejeiras/RO, no período de 25/03/2024 a 26/03/2024, com a finalidade de representar a Deputada Estadual Rosângela Donadon, assessorando e conduzindo o veículo em visita até a Prefeitura do Município de Cerejeiras, prestando suporte parlamentar na agenda, conforme processo nº 100.621.000014/2024-46.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173575	Ivete Maria Pires da Costa	Assessor Técnico	Gabinete da Deputada Estadual Rosângela Donadon

Porto Velho, 19 de março de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0176516

ATO DE DIÁRIA Nº 0176542/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vilhena/RO ao município de Cerejeiras/RO, no período de 25/03/2024 a 25/03/2024, com a finalidade de assessorar realizando cobertura fotográfica durante visita até a Prefeitura do Município de Cerejeiras, viabilizando a publicidade dos atos através da cobertura fotográfica, conforme processo nº 100.621.000014/2024-46.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173343	Gerson Martins	Assessor Técnico	Gabinete da Deputada Estadual Rosangela Donadon

Porto Velho, 19 de março de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0176542

PRIMEIRA SECRETARIA

ATO Nº 4/2024-1SECRETARIA/ALERO

RELOTAÇÃO do(a) Servidor(a) Estatutário **RENATO DE MORAES RAMALHO**, matrícula nº 100021143, Analista Legislativo - Processo Legislativo para desenvolver suas atividades laborais no Gabinete do Deputado Estadual Alex Redano.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Inciso II do artigo 16 do Regimento Interno e do Inciso II do Artigo 1º da Instrução Normativa 001, de 30 de maio de 2019, desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR o(a) Servidor(a) Estatutário RENATO DE MORAES RAMALHO, matrícula nº 100021143, ocupante do cargo de Analista Legislativo - Processo Legislativo, no Gabinete do Deputado Estadual Alex Redano, onde desenvolverá suas atividades laborais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor a contar do dia 19 de março de 2024

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 19 de março de 2024

CIRONE DEIRÓ
Deputado Estadual
1º Secretário/ALE/RO
SEI nº 0176420

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 575, DE 13 DE MARÇO DE 2024.

Altera a Tabela do Anexo I da Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, que "Dispõe sobre a concessão, o procedimento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências".

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterada a Tabela do Anexo I da Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, que "Dispõe sobre a concessão, o procedimento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências", que passa a vigorar da seguinte forma:

"ANEXO I

ITEM	FUNÇÃO OU CARGO	TIPO DE DESLOCAMENTO	VALOR
01	SERVIDORES, COLABORADORES E COLABORADORES EVENTUAIS	INTERMUNICIPAL	R\$ 450,00
02	SECRETÁRIOS, SUPERINTENDENTES, CONTROLADOR-GERAL, CORREGEDOR-GERAL, OUVIDOR-GERAL, DIRETOR DA ESCOLA DO LEGISLATIVO E SEUS RESPECTIVOS ADJUNTOS	INTERMUNICIPAL	R\$ 600,00
03	SERVIDORES, COLABORADORES E COLABORADORES EVENTUAIS	INTERESTADUAL	R\$ 900,00
04	SECRETÁRIO-GERAL, SECRETÁRIOS, CHEFES DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA, DOS PARLAMENTARES E DA PRIMEIRA SECRETARIA, ADVOGADO-GERAL, SUPERINTENDENTES, CONTROLADOR-GERAL, CORREGEDOR-GERAL, OUVIDOR-GERAL, DIRETOR DA ESCOLA DO LEGISLATIVO E SEUS RESPECTIVOS ADJUNTOS	INTERESTADUAL	R\$ 1.200,00

" (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 5 de março de 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de março de 2024.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.483, DE 13 DE MARÇO DE 2024.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia, in memoriam, ao Senhor **Manoel Damião Rios**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia, in memoriam, ao Senhor **MANOEL DAMIÃO RIOS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de março de 2024.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.484, DE 13 DE MARÇO DE 2024.

Susta os efeitos do artigo 15 do Decreto nº 26.165, de 24 de junho de 2021, que "Regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Rondônia e revoga o Decreto nº 18.221, de 17 de setembro de 2013".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com fundamento na alínea "m" do inciso I do parágrafo único do artigo 166 do Regimento Interno, decreta:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos do inciso XIX do artigo 29 da Constituição Estadual, os efeitos do artigo 15 do Decreto nº 26.165, de 24 de junho de 2021, que "Regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Rondônia e revoga o Decreto nº 18.221, de 17 de setembro de 2013".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de março de 2024.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

ATO P Nº 43/2024-LEG/ALE

Cria e nomeia os Membros do Bloco Parlamentar denominado Juntos por Rondônia, composto pelos Partidos PRD e PP.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, em consonância com a Resolução nº 514, de 15 de dezembro de 2022,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar e nomear os Membros do Bloco Parlamentar denominado Juntos por Rondônia, composto pelos Partidos PRD e PP, e Deputados: Pedro Fernandes – PRD (Líder), Ribeiro do Sinpol – PRD (Vice-Líder), Edevaldo Neves – PRD (Membro), Marcelo Cruz – PRD (Membro) e Delegado Lucas – PP (Membro).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 19 de março de 2024.

Deputado MARCELO CRUZ
Presidente – ALE/RO

TAQUIGRAFIA

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 12.03.2024
INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. AFFONSO CANDIDO
SR. JEAN OLIVEIRA
SR. EZEQUIEL NEIVA
SR. ALAN QUEIROZ

SECRETÁRIO: SR. JEAN MENDONÇA
SR. ALAN QUEIROZ
SR. AFFONSO CANDIDO

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 5ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Cumprimentar toda a população que está aqui presente, os vereadores dos municípios do Estado de Rondônia, os nossos deputados, todos os servidores da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, Deputado Jean Mendonça.

O SR. JEAN MENDONÇA (2º Secretário) - Proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.
Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.
Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ALAN QUEIROZ – Presidente, me permita só fazer um registro aqui.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ – Estamos recebendo alguns vereadores, eu vejo aqui o Vereador Elias Crispim, o Vereador Toninho. Em nome dos vereadores aqui registrados, eu quero cumprimentar a todos. Tem vários vereadores aqui presentes, nos acompanhando nesta Sessão. Obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Deputado De-

legado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Reforçando as boas-vindas a todos aqueles que acompanham nas redes sociais; em especial, registrar a presença do Vereador Gilmar Goes, de Campo Novo; também o Vereador Toninho de Jesus, de Cacoal; o Presidente da Câmara de Cacoal, o Corá; nosso ilustre assessor parlamentar, o David, também de Cacoal; e a Valéria da 45, da Vila Samuel. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. JEAN MENDONÇA (2º Secretário) – Proceda à leitura do Expediente recebido a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Mensagem nº 258/2023 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 39/2023 que "Acrescenta o artigo 21-A à Lei Complementar nº 937, de 15 de fevereiro de 2017, que "Institui a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDPI e o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FEDIPI e dá outras providências".

2 - Mensagem nº 01/2024 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 306/2023 que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.344, de 12 de maio de 2022".

3 - Mensagem nº 02/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 231/2023 o qual estabelece que "Fica instituída a Semana Alusiva à Cultura, Incentivo e Difusão da Língua Pomerana no Calendário Oficial do Estado de Rondônia".

4 - Mensagem nº 03/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 113/2023 que "Institui, no Calendário Oficial do Estado de Rondônia, o Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de RETT e dá outras providências".

5 - Mensagem nº 04/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 206/2023 que "Dispõe sobre a violência institucional em decorrência do exercício de direitos das pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista - TEA, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências".

6 - Mensagem nº 05/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 249/2023 que "Dispõe sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação - PIA para os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, incluindo-se o Transtorno do Espectro Autista - TEA, nas instituições de ensino de todo o Estado de Rondônia".

7 - Mensagem nº 06/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 157/2023 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de trocadores para crianças, jovens e adultos com deficiência, em estabelecimentos públicos e privados no âmbito do Estado de Rondônia".

8 - Mensagem nº 07/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 164/2023 que

“Institui a Política Estadual de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade no Estado de Rondônia”.

9 - Mensagem nº 08/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 198/2023 que “Dispõe sobre a criação da capacitação profissional inclusiva, adaptada e acessível, por meio de cursos específicos, a serem oferecidos pelo Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP, no âmbito do Estado de Rondônia”.

10 - Mensagem nº 09/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 85/2023 que “Declara o Futevôlei como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

11 - Mensagem nº 10/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 36/2023 que “Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 536, de 9 de dezembro de 2009”.

12 - Mensagem nº 11/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 272/2023 que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2024”.

13 - Mensagem nº 12/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 340/2023 que “Dispõe sobre a adesão do Estado de Rondônia a Atas de Registro de Preços e dá outras providências”.

14 - Mensagem nº 19/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 221/2023 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 5.380.000,00, em favor da unidade orçamentária Procuradoria-Geral do Estado – PGE”.

15 - Mensagem nº 20/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 346/2023 que “Institui o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, destinado às Unidades Executoras - UEx, vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, e revoga as Leis nº 3.350, de 24 de abril de 2014 e nº 3.696, de 22 de dezembro de 2015”.

16 - Mensagem nº 21/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 347/2023 que “Institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEALE, destinado às Unidades Executoras – UEx, vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e revoga a Lei nº 3.753, de 30 de dezembro de 2015”.

17 - Mensagem nº 34/2024 - Poder Executivo, comunicando a ausência do País por parte do Governador do Estado, no período de 6 a 13 de março de 2024, em razão da participação no Projeto Setorial Brazilian Seafood, realizado em Boston, Estados Unidos.

18 - Mensagem nº 35/2024 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 347.722,53, em favor da unidade orçamentária Recursos Sob a Supervisão da SEFIN- RS-SEFIN”.

19 - Mensagem nº 36/2024 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 24.024.690,10, em favor da

unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC”.

20 - Gabinete do Senhor Deputado Luís do Hospital, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 06 de março de 2024.

21 - Gabinete do Senhor Deputado Nim Barroso, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 06 de março de 2024.

22 - Gabinete da Senhora Deputada Gislaíne Lebrinha, comunicando ausência do País, no período de 06 a 13 de abril de 2024, em razão da participação no evento “XVII Benchmarking Resíduos Sólidos” em Lisboa, Portugal.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Passaremos às Breves Comunicações. Com a palavra o Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ – Excelentíssimo Senhor Presidente nos trabalhos neste momento, competente e amigo, Deputado Affonso. Os cumprimentos a nossa Mesa, em nome do nosso Secretário, neste momento Deputado Jean Mendonça; nossos deputados e deputadas, os funcionários; senhoras e senhores que nos acompanham aqui; em especial cumprimentar os nossos vereadores, amigos; o Vereador Elias Crispim, do Município de Guajará-Mirim, e o Rafael, que estão nos acompanhando e trazendo demandas para o nosso gabinete. O Toninho de Jesus, lá de Cacoal, município que tenho um carinho enorme, em seu nome, cumprimentar aqui todos os nossos Parlamentares.

Senhor Presidente, trago aqui nesse primeiro momento, alguns temas e também, dizer dá importância...

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Deputado Alan, só um minutinho.

O SR. ALAN QUEIROZ – Claro.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - O pessoal que está remoto, está com o microfone ligado. Atenção os deputados que estão remotos, só desligarem o microfone do aplicativo. Desculpa, Deputado Alan.

O SR. ALAN QUEIROZ - Imagina Presidente, sempre que for necessário, Vossa Excelência pode fazer a intervenção que achar necessária.

Quero, Senhor Presidente, trazer aqui alguns assuntos, mas alguns especificamente em abordagem de forma rápida, e o item saúde, a devida importância de debater um pouco mais.

Mas, eu quero aqui registrar no nosso gabinete, hoje, recebendo o Vereador Elias Crispim, que traz a preocupação com relação à obra do estádio, que há muito tempo vem capengando, vem sendo aguardada ansiosamente pela população de Guajará, a entrega do estádio para essa população.

Então, a gente vai estar - amanhã tem uma audiência lá com o Secretário na Sejucl -, estará presente tam-

bém, nosso Vereador Elias, para que a gente possa ver, de fato, quais são os problemas que estão acontecendo ali, para o não avanço da entrega definitiva dessa obra importante.

Da mesma forma, Senhor Presidente, a gente traz um documento, uma solicitação/requerimento, para que seja feito o mais brevemente possível, a recuperação da RO-473, que liga a BR-364 no Município de Urupá, Teixeiraópolis. A importância dessa via, e a gente tem também, na pessoa do Vereador Darcy, um parceiro, a cobrança e a solicitação dessa nossa intervenção junto ao DER.

E, por fim, nesse primeiro momento, quero trazer aqui uma informação de hoje, na Comissão de Saúde. A gente aprovou um requerimento de minha autoria em consonância com todos os nossos colegas que ali estavam, a nossa Presidente da Comissão de Saúde Deputada Cláudia de Jesus, estava presente também a Deputada Dr^a Taíssa, sempre muito presente e atuante na nossa Comissão. E também, estava o Deputado Luizinho Goebel. Há a necessidade de chamarmos aqui, Senhor Presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, a responsabilidade para esta Casa de iniciarmos uma tratativa junto ao Governo do Estado, junto à Secretária de Saúde e principalmente, também, na presença dos nossos órgãos de controle - Tribunal de Contas e Ministério Público -, para que a gente possa ter como exemplo o que aconteceu já no passado, de ter uma ampla discussão dessas entidades no sentido de conseguirmos destravar toda a burocracia administrativa que se tem com relação às cirurgias do nosso Estado de Rondônia. Sejam elas eletivas, sejam elas as cirurgias mais simples, sejam elas as cirurgias mais detalhadas, específicas, com relação a questão das cirurgias ortopédicas, que têm uma fila enorme.

Inclusive, ontem, estive com o Secretário para tratar sobre este assunto. E com muita preocupação eu saí dali, senhoras e senhores. Porque, quando se apresenta uma tabela - e é por isso até que, por várias vezes, eu vim a essa tribuna, líder do governo, meu amigo Deputado Laerte -, vim anunciar aqui os mutirões de cirurgias e que hoje, têm avançado muito com as parcerias existentes entre os municípios com o Estado, não é? Têm avançado muito mais nas cirurgias mais simples, vesícula e assim por diante.

Mas, as mais detalhadas precisam ter um amplo envolvimento de todos, para que realmente saia do papel. O chamamento público que vem acontecendo, que vem dado deserto seguidamente, é devido a exatamente a isso, essas travas essas amarras, com relação a valores. Então, tem que colocar isso na mesa, a exemplo de ontem, só para citar um exemplo: uma cirurgia ortopédica que o Estado coloca no chamamento público, um exemplo, que vai pagar R\$ 3.000,00 – R\$ 3.000,00, Deputado Rodrigo, não se paga sequer os equipamentos. Como você vai pagar internação, a anestesia, outros insumos e assim por diante?

Então, a gente vê com muita preocupação. A saúde do nosso Estado vem capengando há muito tempo, não é

algo de agora, mas a gente precisa trazer essa responsabilidade. E aqui, nós fizemos essa tratativa hoje, na Comissão de Saúde, aprovamos esse Requerimento e nós queremos esse envolvimento dos 24 deputados estaduais, que é um coro só aqui nessa Casa, a preocupação com a saúde do nosso Estado.

Eu vejo a boa vontade do nosso Secretário Coronel Jefferson, mas eu vejo muita trava acontecendo ali, em especial, os órgãos de controle, precisam debater, sentar na mesma mesa e entender a necessidade, e principalmente com relação à questão de valores. Chama a parte técnica, chama pessoas capacitadas para estar auxiliado, ajudando, mas a gente não pode fazer com que isso seja um fator determinante ao ponto de não termos as cirurgias, não ter o atendimento à população por falta exatamente de não sentarem todos esses entes na mesa.

Senta, discute, vê o que é possível, o que é legalmente possível, para que você tenha uma segurança jurídica e coloque cada um para fazer a sua parte, assinando os Termos de Cooperação, aquilo que for necessário. Mas, o povo de Rondônia não pode mais continuar com esse sofrimento que é realmente a saúde em péssima qualidade e isso já vem há muito tempo.

Finalizo aqui, Senhor Presidente, agradecendo e em outro momento a gente possa estar aumentando esse debate, que eu acredito que seja oportuno e necessário por demais a gente fazer.

Muito obrigado.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Parabéns, Deputado Alan Queiroz.
Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - É uma Questão de Ordem. Eu gostaria de endossar as palavras do ilustre Deputado Alan Queiroz acerca da preocupação que nós verificamos em todas as unidades hospitalares do Estado de Rondônia.

Há pouco tempo, alguns interpretavam que o Estado de Rondônia estava na UTI, no tocante à saúde pública. Hoje, eu repito: ela encontra-se mais que na UTI, já está no balão. Eu estive esse final de semana visitando as dependências do Hospital João Paulo II e o quadro é deplorável. Graças aos profissionais da segurança, da saúde que fazem ali um trabalho incrível é que muitas pessoas ainda permanecem com suas vidas.

Então, eu quero parabenizar os profissionais da saúde e ao mesmo tempo me colocar à disposição de todos os colegas para que possamos juntos construir uma política de saúde em prol do nosso povo de Rondônia.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) – Com a palavra o ilustre Deputado Laerte Gomes, líder do governo.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados; o público aqui presente, a imprensa, a todos os amigos que estão aqui; aos nossos servidores da Casa. Só antes de entrar aqui no assunto, eu

gostaria até de lembrar o Deputado Camargo, que não vivenciou aqui os governos anteriores, que a saúde era muito pior. Governador Marcos Rocha foi o governador que criou mais leitos de UTI no Estado de Rondônia. Foi o governador que criou mais leitos de UTI neonatal no Estado de Rondônia. Que criou mais leitos clínicos no Estado de Rondônia.

Então, logicamente que a saúde, o SUS tem problemas, precisa avançar, precisa melhorar. Mas, se nós pegarmos os dados dos últimos anos, o avanço foi significativo, Deputado Camargo, com todo respeito a vossa pessoa. Convênio com os municípios, "Opera Rondônia", novos hospitais, como eu disse, vários leitos criados. Nós já tivemos um avanço significativo do que era do passado. Vossa Excelência era delegado, ficava em Ariquemes, talvez não tinha o conhecimento de como era a saúde do Estado de Rondônia. Mas, Vossa Excelência agora com certeza vai ter a oportunidade de ver isso.

São dois temas que eu gostaria de tratar bem rapidamente. O primeiro tema é sobre a Secretaria de Educação. E eu venho aqui fazer uma cobrança à senhora a Secretária Ana sobre a questão do transporte escolar de Alvorada d'Oeste, transporte escolar do Estado que ainda não se iniciou. Aliás, nem contratou a empresa ainda para poder fazer o transporte escolar.

A empresa que detinha o contrato, no início do ano, protocolou um ofício renunciando ao contrato de transporte escolar e aí logicamente que tem toda burocracia, a gente entende. A Secretaria de Educação começou o processo de contratação, mas está muito lento precisa contratar uma empresa urgente, emergencial para poder fazer transporte escolar dos alunos da rede do Estado e depois com certeza vai fazer todo o processo licitatório de contratação.

O que é inaceitável é esse tempo todo e até agora não houve ainda a contratação da empresa. E quem está tomando pagando essa conta são os alunos. São os alunos que estão sem estudar. Já estamos no mês de março e os alunos da zona rural do município de Alvorada d'Oeste ainda não iniciaram suas aulas. Eu tenho cobrado, tenho ido constantemente à Secretaria de Educação, ligado, telefonado, mas não anda, o processo não avança, infelizmente, senhoras e senhores. Peço que tomem uma providência urgente que cabe à Secretaria de Educação resolver essa questão.

Só celebrar aqui, senhores deputados, hoje nós tivemos uma notícia boa para Rondônia. Todos sabem da crise que passa pecuária do Estado de Rondônia. São os preços pagos, os preços efetuados pelos frigoríficos da arroba de boi, da arroba de vaca, da arroba de novilha. O produtor rural não cobra o seu custo de produção quando vende o seu rebanho; nem quando vende o seu rebanho nos frigoríficos, nem mesmo quando vende os seus bezerros e não novilhas para outros produtores recriarem.

Então, hoje, infelizmente, a crise é gravíssima na pecuária do Estado de Rondônia. Temos animais em excesso, de rebanho, no nosso Estado. Temos uma população pequena no Estado, com um milhão e oitocentos mil

consumidores e temos quase 18 milhões de cabeças de animais. Então, isso logicamente causa, hoje, um prejuízo muito grande aos nossos produtores rurais.

Temos a maioria das unidades frigoríficas do Estado controladas pela JBS, controladas pelo Minerva, controlada pelo Marfrig. Deputada Dr^a Taíssa, você vai em qualquer unidades dessas — o Deputado Jean, que estava aqui, também é produtor —, o preço, Deputado Alan, é o mesmo.

Então, hoje, infelizmente a crise é muito grave. Mas, hoje tivemos uma notícia e eu espero que isso venha a dar resultado aos nossos produtores rurais, que isso chegue lá na ponta, que foi o credenciamento de mais três unidades frigoríficas, Deputado Jean, aqui de Rondônia, para a China. Uma notícia hoje que saiu, dentre várias que saíram do Brasil, Rondônia foi contemplada com três unidades frigoríficas, e eu fico feliz que, na minha cidade de Ji-Paraná, duas unidades foram aprovadas para a China. Das três unidades, uma é no município de Pimenta Bueno — a JBS —, e as outras duas em Ji-Paraná, uma do frigorífico Rio Machado, que hoje é administrado pelo grupo BMG Foods, e a outra também do frigorífico Distriboi, em Ji-Paraná também, administrado também pelo grupo BMG Foods. Grupo que emprega hoje milhares de pessoas aqui em Rondônia, que tem duas unidades em Ji-Paraná, tem uma charqueadora também em Ji-Paraná, tem uma unidade em Rolim de Moura, BMG Foods, e também, agora, estão para iniciar o abate em uma unidade em Cacoal.

Então, eu fico muito feliz porque são duas unidades em Ji-Paraná que foram credenciadas para a China, as duas primeiras. Eu espero realmente que isso possa vir gerar mais emprego, mas principalmente que a arroba do boi possa ser mais valorizada e que os nossos produtores possam receber lá na ponta um preço mais justo pela carne que produzem.

Então, Senhor Presidente, eu queria deixar isso aqui colocado: da nossa alegria, da nossa satisfação de Rondônia ter mais três unidades frigoríficas aprovadas pela China, que é um país com mais de um bilhão e trezentos milhões de consumidores, e com certeza vamos ter novos mercados aqui para a carne de Rondônia para poder valorizar o preço da arroba do boi, para beneficiar os nossos produtores.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Presidente...

(Às 16 horas e 01 minutos o Senhor Affonso Candido passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes.

Eu quero só fazer um breve comentário e aí, na sequência... Vou fazer diferente. Nós estamos no Mês da Mulher, vou dar a palavra à Deputada Dr^a Taíssa, depois eu faço aqui o comentário sobre a fala do Deputado Laerte Gomes, a quem eu quero parabenizar.

Deputada Dr^a Taíssa, com a palavra.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, Presidente. É muito importante o seu posicionamento, essa gentileza neste Mês da Mulher.

Gostaria aqui de cumprimentar o Vereador Fábio Carcará, lá da minha região de Nova Mamoré, e todas as lideranças aqui presentes. Ficamos muito felizes com vocês aqui.

Cumprimentar o Vereador Elias Crispim, da região de Guajará-Mirim. Significa que a região do Madeira-Mamoré está firme e forte aqui na Assembleia acompanhando os trabalhos.

Mas, eu queria parabenizar o Deputado Laerte Gomes pela fala, e aproveitar também para fazer uma cobrança para a Secretária de Educação, que já fiz também por telefone. Ela me relatou, Deputado Laerte, que essa situação da falta dos ônibus está relacionada a um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), em que o Governo do Estado está tendo que... tem um TAC relacionado aos veículos, para adequação dos veículos nessa prestação de serviço dessas terceirizadas. E, pelo menos o momento em que eu falei com ela por telefone, ela já tinha me falado que estava assinando imediatamente aquele TAC para logo, logo os veículos estarem disponíveis na rede municipal. Eu espero mesmo, porque essa situação não é só de Alvorada, é do Estado inteiro. Lá na região de Guajará-Mirim, no distrito do Iata, as crianças não estão com essa condição, não está com o ônibus lá para poder levar as crianças para estudar. Nova Mamoré também. O Vereador Fábio Carcará sabe muito bem que não é diferente, as crianças também estão sem essas condições, e é o Estado inteiro. E a gente não pode lesar os nossos filhos na situação que está.

E aproveitando aqui o momento para relatar que a gente faz as cobranças, mas, quando é certo, a gente aproveita para elogiar. Nós estamos comemorando, a nossa região, 29% de obra do nosso novo hospital de Guajará-Mirim, que estava parado havia mais de dez anos, e agora, final do mês, Presidente, nós estaremos comemorando 40% de obra, com expectativa para agosto já termos a inauguração da obra do nosso hospital. Isso é trazer dignidade, é trazer saúde. Os vereadores que estão aqui presentes sabem muito bem quantas vezes vocês têm que ficar ligando para um e para outro atrás de uma ambulância para trazer os pacientes no desespero aqui para capital. Muitas vezes, a gente não tem combustível nas ambulâncias e, às vezes, ir atrás de vacininha para poder o paciente vir para a capital para ter um atendimento básico do básico.

Então, logo, logo, até o final do ano, se Deus quiser, junto com o Governador Marcos Rocha, nós estaremos inaugurando, Presidente Cláudia, e aproveito para fazer um convite: que toda a Comissão de Saúde vá até o município de Guajará-Mirim acompanhar as obras porque logo, logo, vai ser entregue uma obra de grande importância para o nosso Estado.

A gente sabe que a saúde tem que melhorar, mesmo. Várias coisas têm que melhorar, mas há coisas que a gente tem que comemorar, que é o nosso hospital que está saindo.

E vou mais, Presidente, nós fizemos uma parceria, a Prefeitura de Guajará-Mirim junto com o Exército Brasileiro, e reiniciaram os reparos para a gente ter uma maternidade com dignidade, que nós tivemos a triste notícia o ano passado de ser notícia em nível estadual, Deputado Laerte, sobre uma mãe que queria ter um filho e não conseguiu ter a oportunidade numa maternidade.

Então, são situações que a gente está buscando saída para ter dignidade para a nossa população em relação à saúde.

Mas, parabenizar o nosso líder do governo pela fala, porque liderança é isso. No momento de elogiar, a gente bate palma, mas, no momento de cobrar, a gente cobra como estou cobrando a educação do nosso Estado.

Obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigada, Deputada Dr^a Taíssa.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Jean, 30 segundos só, antes de Vossa Excelência...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só para dizer, o senhor já fez um discurso aqui, numa Questão de Ordem, eu já tirei o seu nome das Breves Comunicações, está bom? Vossa Excelência já fez o uso da palavra.

O SR. LAERTE GOMES – Peço 30 segundos só, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu iria dizer que Vossa Excelência gastou seu crédito do mandato inteiro em uma fala só.
Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente e Deputada Dr^a Taíssa, a questão do transporte escolar de Alvorada realmente é questão de gestão da Seduc. O contrato foi interrompido, era só contratar emergencial. Precisa acelerar, não podemos deixar os nossos alunos à mercê de não ter aula. Isso é inadmissível. A população está sofrendo, as famílias estão sofrendo e os alunos sofrendo.

E eu queria deixar aqui, Presidente Jean, com a sua anuência, em seu nome, da Casa também, queria deixar aqui um abraço e registrar a presença aqui da Luana Munari, nossa filiada ao PSD, nosso partido, pré-candidata à prefeita do município de Cujubim, junto com o João Paulo, seu esposo está aqui. É uma honra recebê-los na Casa e uma honra tê-la no nosso partido, somando força conosco no PSD. E também a nossa amiga Secretária de Educação do Município de Nova Brasilândia, também pré-candidata a prefeita do Município de Nova Brasilândia, pela União Brasil, Maria Resende. A professora Maria Resende já foi Primeira-Dama daquele município, já foi candidata a prefeita; hoje, Secretária de Educação — o município tem o melhor IDEB do Estado de Rondônia — faz uma excelente gestão à frente da Secretaria. Então, seja bem-vinda, Maria Resende; Luana Munari,

João Paulo, e, também, o nosso Presidente da Câmara do Município de Alvorada, nosso parceiro, Vereador Biriiba e o Vereador Demirzinho, nosso companheiro, que está aqui. É uma honra recebê-los aqui nesta Casa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Laerte, só queria comentar a fala de Vossa Excelência em dois pontos. Primeiro ponto, dizer que me preocupa muito um serviço que é continuado, todos os anos a mesma necessidade de contratação de transporte escolar é existente; é uma realidade dentro dos orçamentos; é uma realidade dentro da administração da Seduc e infelizmente ter que fazer um emergencial para isso, eu discordo plenamente. Eu sei da necessidade do serviço, mas nós não podemos aqui tapar o sol com a peneira. Preocupa-me muito um emergencial para um serviço de suma necessidade como esse —, mas, eu quero aqui dizer que me preocupa muito, porque estava em licitação, parece-me que foi impugnada, foi retirada a licitação e agora se discute uma possibilidade de um emergencial para poder responder rapidamente a esse serviço.

E com relação aos frigoríficos, eu queria dizer que é uma preocupação que nós temos. Nós estamos vivendo um momento em que é de alegria, mas de tristeza. Alegria, saber que mais três plantas frigoríficas do nosso Estado foram credenciadas a exportar para a China. Hoje, o melhor preço, a melhor remuneração para a carne bovina é da China, mas o produtor rural rondoniense, o pecuarista, sobretudo, não está observando vantagem por essas indústrias estarem exportando para a China.

Nós temos o pior preço da arroba de boi do Brasil. E aí a desculpa sempre é: mercado, mercado, mercado, mercado. Acontece que Rondônia tem como a sua principal commodity, a carne, que é uma commodity, com certeza absoluta, regrada pelo mercado, o preço dessa commodity. Mas, se é a principal do Estado de Rondônia, nós estamos dizendo que a falta do reconhecimento do valor real da carne rondoniense impacta diretamente nas contas do Estado.

Então, não dá para aceitar, Deputado Alan, que a indústria rondoniense esteja pagando quase 15% a menos no gado rondoniense, comparado a São Paulo. Há três anos o gado de São Paulo e de Rondônia, praticamente, era o mesmo preço. O que aconteceu que de lá para cá nós tivemos a diminuição de preço dessa forma?

Os argumentos que tentam convencer o pecuarista é de que o mercado, é a oferta excessiva de gado. Só que nós temos plantas frigoríficas, que, todos nós sabemos, estão fechadas por conta do monopólio do cartel dos grandes frigoríficos. Comprada, inclusive, com o dinheiro do BNDES que tem a sua função de desenvolvimento econômico e social, que é para gerar emprego. Como é que nós podemos aceitar que o dinheiro público foi utilizado para financiar a compra de uma planta frigorífica que tinha como objetivo gerar emprego, renda, no Estado de Rondônia, e hoje está fechada para poder manter o cartel de grandes empresas.

Então, nós não podemos aceitar. E essas empresas são incentivadas pelo Governo do Estado. É isso o que não

dá para aceitar, ou seja, nós estamos entregando a nossa “galinha dos ovos de ouro” nas mãos desse cartel. O Estado não está fazendo nada. Pelo contrário, ele continua incentivando, incentivando e incentivando. Se discute aumento de ICMS para toda a carga que vai para o lombo do cidadão, mas não se discute a diminuição de incentivo de grandes empresas que fazem disso um cartel aqui no Estado de Rondônia.

Então, assim, é um desabafo. Não dá para aceitar. Incentivo tem como objetivo trazer empresas para se instalarem no Estado de Rondônia, mas não é dar incentivo a empresas que estão judiando e massacrando nosso trabalhador, nosso trabalhador rural rondoniense não reconhecendo o suor do nosso produtor rural.

Então, fica aqui meu desabafo. E digo que se está ruim no Brasil o preço da carne, em Rondônia estar muito pior e deve-se às indústrias frigoríficas.

Dando continuidade, convido para fazer uso da palavra o Deputado Luizinho Goebel, pelo tempo de cinco minutos, sem aparte.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhores pares, imprensa, pessoas que nos visitam, nas minhas andanças pelo interior do Estado esses dias ouvi de um simples cidadão rondoniense, uma pessoa experiente, já de uma idade avançada, a seguinte frase e ao mesmo a pergunta: “Luizinho, o Estado de Rondônia está vivendo um apagão?”; aí eu: “Apagão? Eu não estou tendo conhecimento. Está faltando energia?”; ele falou: “Não, um apagão de governo. Parece que o Estado de Rondônia está sem governo”; eu falei: “É, realmente, tem muita coisa que parece que está realmente sem governo”. Ele falou: “Sabe o que está parecendo o Governo de Rondônia? É como se estivesse num jato com grande capacidade de passageiros e o piloto desmaiou”. E aí a gente começa a andar e ouvir as pessoas e a gente vai tendo a certeza que aquele cidadão estava certo na sua fala. E nós precisamos fazer alguma coisa.

Vamos começar aqui pela fala do líder do governo, Deputado Laerte Gomes, que cobrou a questão do transporte escolar na cidade de Alvorada d’Oeste. Quem é que não sabe que há muitos anos, muitos e muitos anos, se faz o transporte escolar todos os anos de todos os alunos da rede pública e nós estamos praticamente em meados do mês de março e Alvorada d’Oeste com os alunos em casa, porque o governo ainda não resolveu o problema do transporte escolar.

Se não bastasse na educação só o transporte escolar, que aí começa a entrar no apagão, nós vamos falar mais um pouco de educação. De 2019 para cá o índice de educação, o IDEB, que é a ferramenta que mede a qualidade da educação, demonstra que a educação de Rondônia está caminhando para ser uma das piores educações do Brasil. E os índices não são do Deputado Luizinho Goebel. Os índices são nacionais. E nós estaremos apresentando esses índices nos próximos dias.

E nós recebemos isso exatamente dos profissionais da Educação que estão preocupados com a forma que está sendo conduzida a Educação do Estado de Rondônia.

Estou lá na Comissão de Educação como Presidente. Todo dia nós recebemos algum tipo de demanda relacionada à educação. Escolas caindo aos pedaços, com diversos problemas estruturais. E se não bastasse isso, nós também temos o problema da falta de professores. Ontem, inclusive, eu recebi uma ligação de um pai de aluno falando: "Deputado Luizinho Goebel, eu ouvi falar que o senhor é Presidente da Comissão de Educação, e eu fiquei feliz que o senhor é aqui da minha cidade de Vilhena — inclusive sou seu eleitor —, mas eu queria saber o seguinte, deputado, por que o meu filho está indo para escola e voltando para casa porque não tem professor em sala de aula?".

E aí, mais uma vez, eu me deparo pensando: aquele cidadão estava certo. É um apagão também por falta de servidores. Mas se bastasse só isso. Nós começamos a ver movimentos do Sindicato dos Trabalhadores de Educação, movimento de alguns servidores, como foi no exemplo cidade de Cabixi, onde os servidores já foram para a rua reivindicando uma promessa de campanha do Governador Marcos Rocha.

E aí é outro apagão em relação ao respeito ao servidor, a motivação de um servidor da Educação prestar um bom serviço para a população de Rondônia. Retiraram o auxílio-transporte, retiraram o auxílio-transporte. Prometeram uma equiparação do auxílio-alimentação para com as outras categorias, e que também não aconteceu. E também, o piso para os técnicos da Educação. E que também não aconteceu. Então, nós podemos dizer que, realmente, os números mostram, a sociedade fala: "que está havendo um apagão na Educação do Estado de Rondônia".

Mas, nós também poderemos falar, e mais uma vez, eu vou pegar a fala aqui do nosso líder Deputado Laerte, que disse que: "a saúde está dando sinais de melhora". Eu não sei aonde. Eu não sei aonde. Porque a poucos meses atrás, o próprio Deputado Laerte cobrava que o Governo de Rondônia não fazia saúde; que a saúde de Rondônia era um caos e nada mudou. Continua a mesma coisa.

Eu estou andando no interior, o que eu estou vendo é um estoque de doentes. Imagina você estocar um paciente que está precisando de ajuda; que está precisando de socorro; que está precisando de curar a sua dor; de salvar a sua vida e fica estocado em um município de Rondônia, lá no interior, porque dizem que tem que ter a regulação.

E para uma pessoa que está doente, regular como? Você digita em um computador: oh, aqui na cidade de Pimenteiras tem um doente que está para morrer, precisa de ajuda. Aí, manda lá em uma rede de computadores. Aí chega aqui na regulação, uma pessoa - quando é que responde -, responde assim: "bom, estamos vendo aqui que dia, que mês ou que ano nós vamos poder atender aquela pessoa que está padecendo." E isso, acontece em todos os 52 municípios do Estado de Rondônia.

E aí, eu começo a refletir e penso: poxa vida, aquele cidadão lá, que me falou que Rondônia está sofrendo um apagão, realmente está com a razão. Realmente ele

está com a razão. Aí, com todo respeito aqui, Deputado Alan, o senhor falava dos órgãos de controle, em relação a achar uma forma, um mecanismo, para poder terceirizar cirurgias e outros atendimentos de saúde. Só que têm vários municípios de Rondônia que estendem a mão todo dia para o governo e fala: "Governo, nos ajude com um pouquinho de recursos financeiros para a gente poder fazer cirurgia aqui no município, para a gente poder comprar um medicamento." Isso, em saúde de média e alta complexidade - que é de responsabilidade do Estado -, e o Estado não estende a mão para os municípios. E o município não consegue curar a dor das pessoas que clamam por socorro.

E se não bastasse isso, têm vários municípios que apresentam efetivamente essa proposta, e têm condições de prestar um bom serviço na área da saúde.

Então, realmente, tem apagão sim. Tanto que tem, que é fato, que nós propusemos aqui - em um passado não muito distante, nessa tribuna -, que o Estado pegasse esses grandes devedores do Estado: Energisa, JBS, Complexo das Usinas do Madeira - Girau e Santo Antônio -, que pegassem e construíssem hospitais e entregassem em forma de compensação para o Estado.

Construir um hospital lá na grande região de Jamari, na cidade de Ariquemes. Construir um hospital lá na grande região Central de Ji-Paraná. Construir um hospital lá na grande região da Zona da Mata, Rolim de Moura. Construir um grande hospital lá na cidade de Vilhena, que atende o Cone Sul. Construir um grande hospital aqui na capital Porto Velho, tanto do Estado - porque o Heuro (Hospital de Urgências e Emergências de Rondônia) está lá com as obras paralisadas, e Porto Velho é a única capital que não tem hospital. E o governo não quer.

E aí eu fico vendo, que o próprio Secretário falou, que: "o Governo de Rondônia deveria fazer igual o Governo Zema fez lá em Minas Gerais". Lá, o Governo Zema pegou uma compensação ambiental de R\$ 7 bilhões e investiu tudo na melhoria das unidades hospitalares do Estado.

E aí eu fico pensando: falaram esses dias, eu vi uma notícia oficial do próprio Governo do Estado de Rondônia, dizendo que ele foi premiado como o melhor governador do Brasil. Mas aí, depois eu não o vi receber o prêmio, ninguém falou mais nada e aí eu comecei ficar desconfiado. E eu pensei assim: bom, só se for para ser o melhor governador para viajar. E talvez esse seja um dos motivos do apagão.

Então, é chegada a hora dessa Assembleia Legislativa começar a falar a língua do povo do interior. Começar a falar das dificuldades que as pessoas estão vivendo no interior.

Um DER que não cascalha uma estrada, que não constrói uma ponte que está caída há cinco anos. De uma saúde que armazena as pessoas como se fosse um objeto, ficam lá estocado. De uma educação que está falindo, que a cada dia piora os seus índices educacionais e assim tantas outras coisas que nós podemos falar. Poderia falar até mais aqui.

Meus colegas, estou há um bom tempo aqui na Assem-

bleia Legislativa. Eu já passei aqui como deputado por cinco governadores, cinco governadores. E saibam vocês que o único governador que não gosta de ouvir a verdade, que fica dodói, que fica chateado, que começa a pôr os seus asseclas para perseguir, para denegrir a imagem de deputado é o Governador Marcos Rocha.

Agora, vejamos, tantos problemas, tantos e tantos problemas que nos falta tempo para apontar aqui. Falta tempo! Tem problemas da assistência social que é gravíssimo. E tantas outras Secretarias.

E aí meus amigos eu fico pensando, o governo agora vai apresentar essa semana um Fórum dos Prefeitos e um Fórum dos Vereadores. Praticamente em cinco anos de governo nunca se atendeu um vereador. Fórum dos Prefeitos sabe para quê? Para apresentar novos programas, novas ações. E eu acho que é para fazer o que fizeram no passado: dar um golpe eleitoral nos prefeitos de Rondônia. Porque prometeram tudo em todos os municípios e nada cumpriram. E agora estão usando da mesma ferramenta.

Pense vocês que o União Brasil não vai fazer prefeito porque ele quer ficar no União Brasil, é porque ele está sendo pressionado para ficar no União Brasil, porque senão são ameaçados, têm os seus recursos cortados e, pasmem, as mesmas promessas e práticas do passado vão se repetir essa semana. Se pelo menos que eles prometessem para segurar os prefeitos do União Brasil fosse verdade, a população ganhava. Mas, eles mentem! Eles mentem!

Há um apagão de responsabilidade e confiança. Sabe por quê? Porque eu posso citar exemplos de três cidades que eu tive uma boa votação, que foram as minhas maiores votações.

Vilhena, prometeram o "Tchau Poeira". Mentira! Não fez um metro de asfalto novo em Vilhena. Prometeu o microrrevestimento, 50 quilômetros de microrrevestimento. Mentiram de novo. Não fizeram nem um quilômetro de microrrevestimento. Mas, para falar que não fizeram nada do "Tchau Poeira", entregaram 30 quilômetro de recapeamento asfáltico. Parabéns ao governo, entregou 30 quilômetros de recapeamento.

Mas, ao mesmo tempo com a promessa de fazer o micro e não fez, hoje o prejuízo que isso gerou para Vilhena não se cobre com o que foi gasto com o recapeamento, que é o asfalto, que dava para ser recuperado, na grande maioria não foi mais recuperado. Não dá mais recuperação. E assim vai indo.

Aí eu vou falar para encerrar Presidente. Outro município que eu fui bem votado; "Tchau Poeira", agora acabou mesmo a poeira porque está chovendo. Não fizeram um metro do "Tchau Poeira" em Chupinguaia. E sabe por quê? Porque diz que a prefeita é contra o partido do governador. Não foi para o União Brasil, não aceitou se curvar para as propostas de governo lá no passado. Isso quem fala não é o Deputado Luizinho, é a Prefeita Sheila.

E para encerrar vou falar de mais uma cidade. Estão aqui os vereadores, está aqui o Vereador Biriba, Presidente da Câmara de Alvorada d'Oeste; Vereador Diego Ueslei,

de Alvorada d'Oeste; e Vereador Demizinho, de Alvorada d'Oeste, são os que eu estou vendo aqui, lá não foi diferente. Prometeram o "Tchau Poeira". Não cumpriram. Mentiram! O "Tchau Poeira" é uma farsa! É a farsa que foi usada para segurar os prefeitos no União Brasil e é a mesma farsa que eles estão querendo usar agora.

Então, Senhor Júnior Gonçalves, quem manda e desmanda e faz e desfaz do governo? Não faz isso, não. A população de Rondônia não merece isso. E você, Junior, você pode usar da sua forma sorradeira de fazer política, que eu não estou mais preocupado com a minha vida e nem com o meu mandato.

Mas, eu estou preocupado em fazer justiça pelo povo de Rondônia, que elegeu vocês não para ficar perseguindo, mentindo e enganando. Mas, sim, para trabalhar pelo nosso Estado, para fazer efetivamente o que a Rondônia precisa e a Rondônia merece.

Então, nem que eu seja uma voz sozinha, nem que eu seja uma andorinha sozinha. Mas, agora este Parlamento terá aqui uma pessoa para falar a verdade — para falar a verdade! E, se quiserem me desafiar em relação a isso, eu posso começar a mostrar as fotos dos cheques, aqueles cheques, aqueles "checão", cheque frio do Governo de Rondônia, que foi prometido para os municípios para fazer asfalto, como Machadinho e tantos outros.

Então, realmente, meus amigos e minhas amigas, muitas pessoas, pessoas que eu gosto de ouvir, que eu respeito, falam assim: "Luizinho, seu mandato está tão bom. Luizinho, você já está no seu 5º mandato, você tem uma reeleição tranquila. Deixa esse povo quieto. Esse povo é problema, Luizinho. Eles vão armar a casinha para você. Eles vão tentar te desestruturar, vão tentar te desestabilizar, vão tentar fazer você...", como muitas vezes nós já ouvimos aqui, o Chefe da Casa Civil vir aqui e dizer que "vamos pegar aquele ali, porque aquele ali nós temos que tirar do caminho".

E aí eu fico pensando assim: mas será que vale a pena, por um mandato? Onde está a minha dignidade? Onde está a minha gratidão pelas pessoas que me trouxeram para cá? E aí eu cheguei a essa conclusão. Entre a minha própria vida e o meu mandato, eu sou Rondônia e o meu povo.

Muito obrigado.

(Às 16 horas e 31 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Ezequiel Neiva)

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Por um tempo de até cinco minutos, com a palavra o Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhores parlamentares, nobres deputados, povo de Rondônia que nos assiste pelas redes sociais, população que se encontra aqui nas galerias. Eu gostaria inicialmente de parabenizar o Deputado Luizinho Goebel, pelas falas e por aquilo que disse, e a transparência e coragem que se levantou. Parabéns, Deputado Luizinho, por você ser o que é, e não o que os outros querem que você seja. Parabéns pela

coragem de trazer a verdade mais uma vez à tona. Vocês que me assistem sabem que perseguição aos opositores, aumento de impostos, apagão são típicos de governos ditadores, totalitários, e de vieses esquerdista. Onde vocês virem perseguição a opositores, aumento de impostos e apagão governamental, pode ter certeza que você está diante de um governo totalitário, ditador e, acima de tudo, de viés esquerdista.

Eu gostaria de chamar atenção a toda a população que aqui me assiste — líder do governo, eu não vou entrar nessa pauta porque é desnecessário, você que me assiste sabe disso —, a saúde, você que tem um parente hospitalizado, que precisa ir a um postinho, você acha que a saúde melhorou ou piorou? Me responda. O líder do governo falou que melhorou. Ainda tentou fazer uma chacota comigo: “você era de delegado e não sabia da saúde”. Não sei em que mundo que melhorou. Em Rondônia é que não foi.

Mas, eu gostaria de chamar atenção para um outro assunto. Aportou nesta Casa a Mensagem 265 — alerta ao povo, presta atenção no que eu vou dizer —, a Mensagem 265 do Governo do Estado. Nessa Mensagem, o Governo do Estado busca um financiamento de R\$ 1 bilhão e 500 milhões. Da onde eles tiram isso? Por favor, joga a imagem 1 na tela. Se vocês acessarem... vamos esperar entrar a imagem que vocês vão me compreender perfeitamente. Imagem 1. Isso.

(Exibição de imagem no telão)

Se vocês acessarem o site do Tesouro Transparente, verão que a margem que o Estado de Rondônia disputava, até então, seria de R\$ 1 bilhão e 500 milhões (R\$ 1.502.912.881,56). Está ali: “Espaço Fiscal Disponível”. Vou traduzir: o que o Estado pode buscar de empréstimo com instituição financeira. Está ali, 1.5 bi. Só que detalhe: olha lá na parte superior, de que ano é isso? 2023. Nós estamos em que ano? 2024.

Por favor, joga a imagem 2 na tela. Imagem 2. O Espaço Fiscal, o limite disponível para que o Estado possa buscar em instituições financeiras hoje é menos de R\$ 1 bilhão, são 985 milhões (R\$ 985.966.515,35). Por que eu estou dizendo isso? Porque eu clamo ao líder do governo que retire essa Mensagem 265, porque o Estado não possui espaço fiscal limite para contrair esse empréstimo que eles desejam. Eu não vou entrar nem na questão política, porque eles falam, o Governo fala que esse empréstimo seria para três áreas, seria para transporte rodoviário, moradia e despesas de capital. Não explica no projeto nem um nem outro.

Por isso que eu fiz um monte de perguntas por meio de pedidos de informações, mas já há, me parece, uma barreira intransponível. Eles mandaram para cá uma Mensagem em 2024 utilizando limites que existiam em 2023 — que eram de R\$ 1.5 bi — e, agora, R\$ 980 milhões.

Então, esse projeto que hoje aportou na Comissão de Constituição e Justiça e que foi distribuído para a relatoria do Deputado Ismael Crispin, sequer merece tramitar; quicá ser apreciado e perder tempo nesta Casa aqui, que

tem outras coisas mais importantes para se debruçar, do que um projeto que sequer atende a margem que está disponível a todo e qualquer cidadão que consultar o site do Tesouro Nacional Transparente.

Solicito, repito mais uma vez: líder do governo, está errado! Retire o projeto, que está errado. O Estado, não vou nem entrar na questão do endividamento, embora o Governador tenha dito em outras ocasiões que era contra o endividamento do Estado; mas está fazendo o contrário.

Até porque, você deve lembrar, povo rondoniense, que há pouco tempo houve o perdão de juros e multas de grandes devedores do Estado. Lembram disso? O Refaz? Lembram, depois, do aumento do ICMS? Lembram? Pois é. Ora, quem isenta de multa e juros os grandes devedores, significa que o caixa está tudo em azul. Logo em seguida aumenta tributação, aumenta imposto e agora busca contrair um financiamento que sequer margem possui.

Líder do governo, retire o projeto, a gente tem coisa mais séria para tratar do que algo que está explícito que não tem como.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Não há mais oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, solicito ao Senhor Secretário que faça leitura de Expediente recebido.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, apenas uma Questão de Ordem. Se Vossa Excelência me permite.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Pois não, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu havia, na Sessão anterior, solicitado vista de um Projeto de Lei. O Projeto de Lei Complementar 56/2024. Considerando que já houve tempo hábil para que eu pudesse me debruçar sobre o tema, eu devolvo a vista para Vossa Excelência, se assim o desejar, colocar em deliberação para os demais pares. Obrigado, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Ok. O Deputado Delegado Camargo faz a devolução do pedido de vista. Para o Grande Expediente não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, solicito ao Senhor Secretário que faça a leitura das proposições recebidas. Registrando aqui a presença do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia, que passou por esta Casa, foi deputado estadual. Um guerreiro, guerreiro. Secretário, esteja à vontade para fazer a leitura do Expediente recebido.

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Registra, por gentileza, a presença do Deputado Delegado Lucas, Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Quem foi o Deputado, que eu não entendi?

O SR. DELEGADO LUCAS (Por videoconferência) - Delegado Lucas Torres.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Ah, obrigado. Agora ficou mais claro. Deputado Delegado Lucas. Por favor, Henry, ajude aí no registro. Registrado, Excelência.

Senhor Presidente, farei a leitura das Proposições recebidas.

Antes, cumprimentar aqui os amigos também que, compõem aí a bancada de Guajará-Mirim. Ricardinho e o nosso Davino, ex-vereador, ex-vice-prefeito.

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO, informações e providências referentes aos procedimentos de ortopedia especializada em joelho, realizados pela rede pública de saúde, conforme específica.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/CMADS. Requer à Mesa Diretora que seja aprovada a realização de Audiência Pública no Município de Cujubim/RO, no dia 17 de abril de 2024, às 18:00, para discutir a situação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada nos municípios de Porto Velho e Cujubim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 77 de 05 de maio de 2023, que dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado de Rondônia quanto aos crimes praticados por apenados beneficiados com a saída temporária, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que encaminhe ofício à Universidade Federal de Rondônia – UNIR, solicitando informações quanto ao funcionamento do Restaurante Universitário.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, deferimento à realização de Sessão Solene, bem como reserva do auditório, para a efetivação de outorga de Voto de Louvor às mulheres notáveis que têm desempenhado um papel fundamental na promoção dos avanços e conquistas para o gênero feminino no Estado de Rondônia, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, no dia 21 de março, às 15 horas.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a atualização de informações da Deputada Estadual Dra Taíssa, no site oficial e demais locais necessários, com o novo partido ao qual pertence.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria

de Estado da Saúde – SESAU, a apresentação de soluções e medidas mitigatórias para lotação e situações de risco no Hospital Heuro, em Cacoal.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, apresentação de medidas mitigatórias que vêm sendo executadas objetivando reduzir os casos de dengue, e dar vazão ao atendimento de pacientes infectados pelo vírus no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, conforme art. 146, c/c art. 172, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador de Rondônia, extensivo à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social – SEAS, informações e providências quanto ao cumprimento da Lei 4.945, de 11 de janeiro de 2021, precisamente em seu artigo 4º, que trata sobre a regulamentação da referida norma.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer ao Governador do Estado, extensivo ao Secretário-Chefe da Casa Civil, e ao Secretário de Estado de Justiça – SEJUS, informações e providências quanto à aplicabilidade dos incisos I e II do art. 3º da Portaria nº 396, de 30 de janeiro de 2023.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – Sesdec, com cópia ao Comando-Geral da Polícia Militar, solicitação de informações quanto ao efetivo de Policiais Militares no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Secretaria de Estado da Educação – Seduc, solicitação de informações e providências sobre a conclusão da quadra poliesportiva da Escola Estácio de Sá, localizada no Distrito de Quêrência do Norte, Município de Primavera de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Secretaria de Estado da Saúde – Sesau, solicitação de informações acerca do Edital n. 1/2024/CAIS-GPES.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais a concessão de Voto de Louvor aos Artistas Plásticos, Artesões e Poetas pelos serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor Artistas Plásticos, Artesões e Poetas do Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 25/03/2024, às 10 horas no Auditório desta Casa de Leis.

Vou suspender aqui um minutinho para conceder a palavra ao nosso sempre presidente, futuro presidente, Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, meu grande amigo, grande líder, Deputado Alan Queiroz. Obrigado, Deputado Ezequiel, Deputada Cláudia, Deputada Dra Taíssa,

todos os demais amigos aqui presentes.

Eu venho fazer o uso da tribuna rapidamente. Quero primeiramente, em nome da Doutora Raiane, agradecer a todos os nossos companheiros dos jurídicos aqui da Casa, do governo. Tem um Projeto de Lei da área, já pode contar com o nosso apoio. Acabei de receber aqui no meu WhatsApp.

Mas, Senhor Presidente, hoje eu venho falar aqui de uma grande conquista para o Município de Ariquemes. Nesta semana teve a licitação na Bolsa de Valores, em São Paulo, na B3, uma PPP, Parceria Público-Privada, de iluminação pública. É o segundo município de toda a região Norte que consegue esse êxito. Aqui na região Norte somente Belém, a capital do Pará, e depois o Município de Ariquemes, onde a empresa ganhadora fará o investimento de R\$ 46 milhões, trocando toda a luminária de LED, luminária moderna.

Isso vai gerar uma economia para o município e, principalmente, uma qualidade de vida para o morador, uma segurança para o morador. E desses R\$ 46 milhões, R\$ 25 milhões serão investidos nos primeiros dois anos. Esse modelo de PPP é algo inovador. É algo inédito. E já temos muitos outros municípios Brasil afora ligando, pegando informações para também fazerem esse mesmo projeto.

É um projeto complexo. Esse projeto demorou mais de três anos. Então, não é algo simples, mas é algo que toda sociedade, todos ganham, porque tem uma economia muito grande para os cofres públicos e todo esse investimento é feito pela iniciativa privada. Então, todo esse recurso, esses R\$ 46 milhões, serão feitos pela empresa, vai gerar essa economia, então ganha toda a sociedade.

E quero parabenizar a prefeita, sou suspeito, não é? Mas, parabenizar a Prefeita Carla Redano. Quero parabenizar e agradecer a todos os servidores da Caixa Econômica Federal que foram quem conduziram toda a licitação e fizeram todo o acompanhamento, os planos de trabalho, os projetos. Então, sem a Caixa Econômica não seria possível avançar.

E já estão sendo estudados outros modelos. Têm modelos também de parceria público-privada na saúde. Têm modelos de parceria público-privada na educação, e esse é um sistema que eu creio que será o futuro de muitos municípios. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Ok. O Deputado Alex Redano traz um relato da sua viagem, pelo jeito muito produtiva. Parabéns ao Deputado Redano, parabéns à Prefeita Carla, da cidade de Ariquemes, a grande cidade que cresce dia a dia. Senhor Secretário, por favor, dê continuidade a leitura.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Só uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Pois não.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Gostaria de registrar

a presença aqui da minha amada esposa Larissa, que hoje nos visita aqui na Assembleia Legislativa junto com meus filhos. Muito obrigado. Você é fundamental para que todos os dias eu esteja novamente em pé. Te amo. Obrigado, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Ok. Feito o registro. Senhor Secretário, por gentileza dê sequência a leitura das proposições recebidas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Dando segmento aqui nosso Presidente, à leitura das Proposições recebidas:

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador de Rondônia, com cópia à Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL, solicitando informações acerca do ofício nº 035/FARO, da Federação de Atletismo de Rondônia, que concerne sobre a implantação de uma gaiola na parte interna do Estádio Aluizio Ferreira.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a David Silva Rodrigues, 2º Sargento Policial Militar, lotado no 4º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Rondônia, em reconhecimento ao ato de bravura por salvar uma bebê pela "Manobra de Heimlich" no município de Espigão D'Oeste/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Votos de Louvor e Títulos Honoríficos, para o CERC-RO "Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia", a ser realizada no dia 25/04/2024 às 10:00 horas no Plenário da Deliberações desta Casa de Leis.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Sustenta, nos termos do inciso XIX do art. 29 da Constituição Estadual, os efeitos do art. 15 do Decreto nº 26.165, de 24 de junho de 2021, que prevê: O concedente deverá cancelar os pré-empenhos e empenhos das propostas que não tiveram os instrumentos celebrados até o final do exercício financeiro no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Acrescenta o inciso IX ao art. 116 da Lei Complementar n. 68, de 09 de dezembro de 1992, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Obriga bares, cafés, restaurantes, lanchonetes, churrascarias, padarias, hotéis e estabelecimentos similares a disponibilizarem aos clientes água potável filtrada à vontade independentemente de pagamento.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Dispõe sobre o desembarque de idosos, mulheres e pessoas com deficiência nos transportes públicos oficiais nas zonas urbanas e rurais no Estado de Rondônia em horário especial.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Ordinária estadual nº 1.989, de 26 de novembro de 2008 — dispõe sobre o uso de telefone celular nas escolas no Estado de Rondônia.
- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Acrescenta dispositivo ao artigo 53 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Dispõe sobre a proibição de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior que coloque em risco a saúde e a integridade física e dá outras providências.
- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Institui o programa de defesa pessoal para as mulheres no Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Dispõe sobre a substituição dos equipamentos sonoros (sirenes e alarmes por sinaleiros musicais) utilizados nas instituições de ensinos públicas e privadas no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia - CAERD, relatórios apresentando as ações executadas em relação às problemáticas das secas dos rios, e a adoção de medidas mitigatórias destinadas a minimizar os efeitos decorrentes da escassez hídrica fluvial.
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, informações referentes às medidas que vêm sendo adotadas e planos de trabalhos desenvolvidos para a implementação da coleta seletiva em todo o Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Ambiental Desenvolvimento - SEDAM, relatórios apresentando as ações executadas em relação às problemáticas das secas dos rios, e a adoção de medidas mitigatórias destinadas a minimizar os efeitos decorrentes da escassez hídrica fluvial.
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, relatórios apresentando as ações executadas em relação às problemáticas das secas dos rios, e a adoção de medidas mitigatórias destinadas a minimizar os efeitos decorrentes da escassez hídrica fluvial.
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Público - SEOSP, relatórios apresentando as ações executadas em relação às problemáticas das secas dos rios, e a adoção de medidas mitigatórias destinadas a minimizar os efeitos decorrentes da escassez hídrica fluvial.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CÁSSIO E DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora a aprovação de realização de Audiência Pública no auditório

desta Casa de Leis, para o dia 25 de março no horário de 15h para debater sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer, que seja oficiado ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL, Estado de Rondônia, requerimento de informações detalhadas referente à paralisação das obras do Estádio João Saldanha, no município de Guajará Mirim, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CSPAS. Requer ao Executivo Estadual, com cópias à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, informações e providências referentes às denúncias apresentadas junto Fala.BR, conforme específica.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Executivo Estadual, com cópias à Casa Civil, à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/RO e à Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, informações e providências para recepcionar as pautas de reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia, inclusive acionando a Mesa Estadual de Negociação Permanente - MENP, para tratar das questões pertinentes, apontadas no ofício nº 057/2024- SINTERO/SG/PRBS, de 20 fevereiro de 2024, conforme específica.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CSPAS. Requer ao Executivo Estadual, com cópias à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, informações e providências referentes às denúncias quanto a possíveis irregularidades nas unidades de saúde pública, conforme específica.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Solicito ao Senhor Secretário, que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos legislativos que serão lidos e apreciados em blocos, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO CÁSSIO E DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora a aprovação de realização de Audiência Pública no auditório desta Casa de Leis, para o dia 25 de março no horário de 15h para debater sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Votos de Louvor e Títulos Honoríficos, para o CERC-RO "Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia", a ser realizada no dia 25/04/2024 às 10:00 horas no Plenário da Deliberações desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais a concessão de Voto de Louvor aos Artistas Plásticos, Artesões e Poetas pelos serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor Artistas Plásticos, Artesões e Poetas do Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 25/03/2024, às 10 horas no Auditório desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, deferimento à realização de Sessão Solene, bem como reserva do auditório, para a efetivação de outorga de Voto de Louvor às mulheres notáveis que têm desempenhado um papel fundamental na promoção dos avanços e conquistas para o gênero feminino no Estado de Rondônia, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, no dia 21 de março, às 15 horas.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/CMADS. Requer à Mesa Diretora que seja aprovada a realização de Audiência Pública no Município de Cujubim/RO, no dia 17 de abril de 2024, às 18:00, para discutir a situação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada nos municípios de Porto Velho e Cujubim.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Em discussão os Requerimentos que acabam de ser lidos. Não há ninguém para discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Não há nenhuma manifestação em contrário, dou por aprovados os Requerimentos que acabam de ser lidos em bloco.**

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - Presidente, me permita aqui só fazer um registro aqui do meu grande amigo, o Vereador Jurandir Bengala, vereador daqui de Porto Velho, foi meu parceiro por muitos anos na Câmara Municipal, ex-presidente da Câmara de Porto Velho. Prazer tê-lo aqui conosco na nossa Assembleia Legislativa. Seja bem-vindo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 56/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 16/24. Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 622, de 11 de março de 2011.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Vou suspender a Sessão, Senhor Secretário, por 10 minutos. Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão Ordinária às 17 horas e 01 minuto e reabre-se às 17 horas e 11 minutos, quando o Senhor Ezequiel Neiva passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Retomando a Sessão, dando continuidade aqui, solicito ao Senhor Secre-

tário que faça a leitura da próxima matéria.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 56/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 16/24. Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 622, de 11 de março de 2011.

Falta o parecer, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Projeto de Lei Complementar 56/2024 está sem parecer. Eu convido o Deputado Alan Queiroz para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ - Senhor Presidente, o projeto que Vossa Excelência me indica para relatar é o Projeto de Lei Complementar nº 56/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 16/24, que "Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 622, de 11 de março de 2011."

O referido projeto, Senhor Presidente, já tinha um parecer, inclusive, de minha autoria, em plenário, onde a gente apresentou o voto e o parecer favorável pelas Comissões pertinentes. É um projeto, Senhor Presidente, que vem atender a demanda dos consignados, dos servidores públicos ativos e inativos, pensionistas; dando para eles uma margem de até 5%, para que eles possam, se assim o quiserem, buscar esse benefício.

Então, acredito que o projeto venceu todas as etapas aqui, deixando-o apto à votação. Portanto, volto a me manifestar aqui e manter o meu parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan Queiroz, pela emissão do parecer. Em discussão o parecer que acaba de ser emitido pelo Deputado Alan Queiroz. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Projeto de Lei Complementar 56/2024. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não". Eu peço ao Secretário que faça a chamada nominal dos deputados para votação.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Deputado Alan Queiroz, como vota?

O SR. ALAN QUEIROZ – "Sim". **(fora do microfone)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputado Alex Redano, como vota?

O SR. ALEX REDANO - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Cássio Gois?
Deputado Cirone Deiró?

Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Secretário, tendo em vista que não estou seguro dos efeitos do presente projeto, me abstenho da votação.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Abstenção. Deputado Delegado Lucas? Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Abstenção.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Deputado Edevaldo Neves?

O SR. EDEVALDO NEVES – "Sim". **(fora do microfone)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputada Gislaine Lebrinha? Deputada Ieda Chaves? Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Jean Mendonça? Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – "Sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Laerte Gomes? Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL – Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Luizinho Goebel? Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – "Sim". **(fora do microfone)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Marcelo Cruz? Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES – "Sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Ribeiro do Sinpol? Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência) - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Affonso Candido vota "sim". Temos 12 votos favoráveis. Presidente, nós vamos só re-fazer a chamada para os deputados que estão ausentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Vamos lá. Começa de novo aí. Segunda chamada.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Deputado Alan Queiroz?

O SR. ALAN QUEIROZ – "Sim". **(fora do microfone)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO - Novamente "sim", Senhor Presidente.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim". Deputado Cássio Gois?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Ausente.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Deputado Cirone Deiró?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Cirone Deiró?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Deputada Cláudia de Jesus?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – "Sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Vota "sim". Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Novamente registrando, Presidente, por não me sentir seguro sobre os efeitos

benéficos ao povo de Rondônia, meu voto é pela abstenção.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Abstenção.

Deputado Delegado Lucas? Ausente.
Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Foi abstenção, já, não é? É o mesmo projeto, não é?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – É o mesmo projeto. Abstenção.
Deputado Edevaldo Neves?

O SR. EDEVALDO NEVES - Voto "sim". **(fora do microfone)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputado Ezequiel Neiva?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputada Lebrinha? Ausente.
Deputada Ieda Chaves? Ausente.
Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN – "Sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputado Jean Mendonça? Ausente.
Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - "Sim". **(fora do microfone)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputado Laerte Gomes? Ausente.
Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Voto "sim". **(fora do microfone)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputado Marcelo Cruz? Ausente.
Deputado Nim Barroso?

O SR. NIM BARROSO – "Sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – "Sim".
Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES – "Sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – "Sim".
Deputado Ribeiro do Sinpol?
Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência)
- Voto "sim".

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Vota "sim".
Deputado Ribeiro do Sinpol? Ausente.
Deputado Affonso Candido vota "sim".

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cássio Gois	- ausente
- Deputado Cirone Deiró	- não votou
- Deputada Cláudia de Jesus	- sim
- Deputado Delegado Camargo	- abstenção
- Deputado Delegado Lucas	- não votou
- Deputada Dr ^a Taíssa	- abstenção
- Deputado Edevaldo Neves	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- não votou
- Deputada Ieda Chaves	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não votou
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- ausente
- Deputado Nim Barroso	- sim
- Deputado Pedro Fernandes	- sim
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- não votou
- Deputada Rosangela Donadon	- sim

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - **Nós temos 13 votos favoráveis, portanto o projeto de Lei Complementar 56/2023 está aprovado e vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 288/2023 DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.830, de 27 de junho de 2016, que "Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia".

Já está com parecer.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Projeto de Lei 288/2023, de autoria do Deputado Ismael Crispin. Já consta aqui parecer e gostaria na oportunidade em que o deputado se faz presente, solicitar dele a defesa na votação do projeto, já com parecer, em discussão o projeto.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, obrigado pela oportunidade. Esse projeto foi apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil, nossa representatividade do Estado de Rondônia. Com algumas alterações em relação ao processo administrativo e a participação da advocacia no processo. Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Ismael Crispin.
Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto de Lei 288/2023 e vai ao Expediente.**
Próxima matéria, Secretário.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 397/2024 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 35/2024. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 347.722,53, em favor da unidade orçamentária Recursos Sob a Supervisão da SEFIN-RS-SEFIN.
Falta aparecer, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Projeto de Lei 397/2024, sem parecer. Convoco o Deputado Ezequiel Neiva para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei 397/2024, que aportou nesta Casa através da Mensagem 35, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 347.722,53, em favor da unidade orçamentária Recursos Sob a Supervisão da SEFIN-RS-SEFIN."

O projeto, Presidente, encontra-se também dentro das técnicas regimentais, legal e constitucional. Portanto, o nosso parecer é favorável.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel Neiva.
Em discussão o parecer que acaba de ser emitido. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**
Em discussão única e votação o Projeto de Lei 397/2024.
Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado e vai ao Expediente.**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – PRO-

JETO DE LEI 395/2024 DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Declara de utilidade pública a entidade "Associação de Pais e Professores do Instituto federal de Rondônia – APP – IFRO" com sede no município de Ariquemes.
Falta parecer, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Senhores deputados, projeto de minha autoria. Peço aqui o apoio de Vossas Excelências. Nós fomos procurados pela Associação de Professores e Pais que solicitou desta Casa a necessidade de reconhecer a associação como uma associação que tem utilidade pública. Então, peço a Vossas Excelências para que possamos torna-la uma associação de utilidade pública.

O projeto encontra-se sem parecer. Convido o Deputado Alan Queiroz para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Lei 395/2024, de autoria do Deputado Jean Oliveira, que "Declara de utilidade pública a entidade "Associação de Pais e Professores do Instituto federal de Rondônia – APP – IFRO" com sede no município de Ariquemes."

O projeto, Senhor Presidente, está de acordo com a nossa técnica legislativa. Portanto, a matéria é constitucional e tem o nosso parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Alan Queiroz, obrigado pelo parecer.

Senhores deputados, em discussão o parecer que acaba de ser emitido pelo Deputado Alan Queiroz. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação, o Projeto de Lei 395/2024. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 57/2024 DA MESA DIRETORA. Altera a Tabela do Anexo I da Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, que "Dispõe sobre a concessão, o procedimento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências".
Falta aparecer, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Solicito ao Deputado Alan Queiroz a emitir o parecer pelas missões pertinentes.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Resolução 57/2024, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a Tabela do Anexo I da Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, que "Dispõe sobre a concessão, o procedimento e a

prestação de contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

A matéria, Senhor Presidente, está amparada dentro da nossa técnica legislativa, portanto, regimentalmente falando, está apta à votação. O nosso parecer pelas Comissões pertinentes é pela sua aprovação.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Em discussão o parecer que acaba de ser emitido. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação, o Projeto de Resolução 57/2024. Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 376/2024 DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia, in memoriam, ao Senhor Manoel Damião Rios pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia. Falta parecer.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Projeto de Decreto Legislativo 376/2024 encontra-se sem parecer. Convido o Deputado Cirone Deiró para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Presidente, Deputado Jean Oliveira. Projeto de Decreto Legislativo 376/2024, de autoria do Deputado Marcelo Cruz, que “Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia, in memoriam, ao Senhor Manoel Damião Rios pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”. O projeto está dentro da técnica legislativa, obedecendo todos os critérios técnicos. Nós somos de parecer favorável, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone Deiró. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestam. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação, o Projeto de Decreto Legislativo 376/2024. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 377/2024 DE AUTORIA COLETIVA. Susta os efeitos do artigo 15 do Decreto nº 26.165, de 24 de junho de 2021, que “Regulamenta as

transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Rondônia e revoga o Decreto nº 18.221, de 17 de setembro de 2013.” Falta parecer, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo 377/2024 está sem parecer. Convido o Deputado Cirone Deiró para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Senhor Presidente, Deputado Jean Oliveira, Projeto de Decreto Legislativo 377/2024, de autoria Coletiva que “Susta os efeitos do artigo 15 do Decreto nº 26.165, de 24 de junho de 2021, que “Regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Rondônia e revoga o Decreto nº 18.221, de 17 de setembro de 2013”.

O Projeto encontra-se dentro da redação, da técnica legislativa e nós somos de parecer favorável, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única em votação, Projeto de Decreto Legislativo 377/2024, de autoria coletiva. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram contrários se manifestem. **Está aprovado e vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) - Não há mais matéria Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças. Passemos às Comunicações Parlamentares que também não há oradores inscritos.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Presidente, eu só queria uma Questão de Ordem.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Pois não.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu só queria cumprimentar o Vereador de Cacoal que está aqui presente, o Vereador Toninho de Jesus; as demais pessoas que nos acompanham nessa Sessão, nessa tarde; o pré-candidato a vereador lá do bairro Davi, seja bem-vindo aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Parabéns, Deputado Cirone.
Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, quero cum-

primizar aqui o Vereador Toninho também e toda comitiva de Cacoal em nome do Deputado Cirone Deiró. Quero aqui cumprimentar também o irmão do Deputado Federal Chrisóstomo, o Cássio, o Alex; todos os demais amigos presentes, nosso muito obrigado. E mais uma vez cumprimentar todos da advocacia, parabenizar pelo excelente trabalho.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Aproveitando o embalo. Quero cumprimentar aqui o Juninho, que é um cantor das noites da capital, um grande amigo. Acompanhado do nosso amigo Sargento Johnny, não sei se ele é sargento, já estou promovendo-o caso ele não seja, acho que é cabo. E agradecer também a presença do nosso amigo Vereador Fábio Carcará que já deixou aqui o recinto, mas é um grande companheiro. O Ricardo e o Dalvino. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para em amanhã dia 13 de março no horário regimental às nove horas da manhã. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 31 minutos)

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 13.03.2024

INÍCIO: 09h30min

PRESIDENTE: SR. JEAN OLIVEIRA

SECRETÁRIO: SR. AFFONSO CANDIDO

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 6ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior. Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira fazer observações e discuti-las, dou-a por aprovada. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Não há Expediente, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Passemos às Breves Comunicações. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passemos...

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Presidente, a Deputada Drª Taíssa quer fazer uso da palavra.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputada Taíssa? Deputada Drª Taíssa com cinco minutos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Bom dia a todos, a todos que nos acompanham pela internet. Hoje é um dia, Presidente, de muita felicidade para essa parlamentar e para a saúde do Estado de Rondônia.

Agora a pouco, acabei de sair do Hospital de Base, junto com o nosso Adjunto Senhor Barone, e toda a equipe da Sesau (Secretaria de Estado da Saúde) para entrega de uma emenda parlamentar do nosso gabinete, de R\$ 1.300.000,00. Por que essa nossa Emenda Parlamentar? Há mais de 20 anos o Hospital de Base não tinha a substituição dos móveis e das cadeiras, dentro do HB. Um hospital que é referência no Estado de Rondônia e referência no país. O segundo maior hospital do país, só perde para Brasília.

E a gente, em busca de dar dignidade para as pessoas, em busca de dar dignidade para os funcionários, nós colocamos a emenda completa, para substituições das mesas e das cadeiras. Pasmem! O ano passado, quando eu estive lá, em meu primeiro ano de mandato, eu cheguei a ver mesas que eram encostadas com tijolos, isso, infelizmente, a gente vivencia na saúde do Estado de Rondônia.

E eu, como parlamentar, extremamente preocupada com a saúde, fiz questão de colocar todos os recursos necessários para que houvesse a substituição. Em 15 ou 20 dias já estão chegando os móveis. A entrega do cheque simbólico foi hoje, mas a emenda já está sendo executada.

E eu digo mais, Presidente, quando eu cheguei aqui no Parlamento, eu escutei o seguinte: "Saúde é um saco sem fundo". Mas, eu como brasileira, e que acredito em um país melhor, eu não acredito nessa fala, não. E não vou conduzir o meu mandato pensando dessa forma. Saúde tem jeito, sim! Tem como a gente melhorar a saúde do Estado, basta cada um ir na ponta, fiscalizar. E realmente, não só falar dos problemas, mas fazer ação e solução, como eu venho fazendo, colocando recursos para que a gente possa melhorar a saúde do Estado.

É assim, que a gente muda a vida das pessoas. É assim que a gente faz - como a minha Região de Guajará Mirim, de Nova Mamoré, da Ponta do Abunã, que percorrem 320 km para estar aqui na Capital, possam ter um pouco mais dignidade na saúde do nosso Estado.

E é por isso, que hoje é um dia de comemoração, R\$ 1.300.000,00 para os móveis do Hospital de Base. Por quê? A gente tem que lembrar que o Hospital de Base já foi gabinete do Governador Jorge Teixeira, e era referência, e o que depender dessa parlamentar, vai voltar a ser referência, porque saúde é questão de dignidade

para o nosso povo.

E agradecer muito, a todo empenho do nosso Governador Marcos Rocha, de toda a Secretaria do Estado da Saúde - Sesau, e principalmente, das pessoas que estavam na ponta, que, quando eu fui lá verificar a saúde do Estado, foram as primeiras a falarem as demandas e fazerem todo empenho - tanto Elizete, como Raquel, como o próprio Barone -, para que a gente pudesse colocar essa emenda o mais rápido possível. E foi em cinco meses, o recurso está lá.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Não há mais oradores, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos e encerradas às Breves Comunicações, passemos para o Grande Expediente, que também não há oradores inscritos.

Encerrado o Grande Expediente, solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Educação e Cultura do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo PM Marlon Bruno Barbosa Gomes, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Institui o Plano Estadual da Juventude e Sucessão Rural, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Institui o dia 05 de maio como o Dia à Memória do Marechal do Exército Brasileiro Cândido Mariano da Silva – Marechal Rondon e dá outras providências. Lido, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos, que não há sobre a Mesa nenhum Requerimento. Então, outras matérias a serem apreciadas.

Por razões técnicas, suspendo a Sessão por tempo indeterminado até o prazo das matérias a serem apreciadas chegarem à Mesa.

(Suspende-se essa Sessão às 09 horas e 45 minutos e reabre-se às 09 horas e 50 minutos)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

Senhores deputados, diante das informações que nos chegaram, do Deputado Pedro, que teria três projetos para serem apreciados - só um momento, por favor. Está me atrapalhando aqui -, três projetos que seriam discutidos, deliberados, ele retirou de pauta. E nós temos alguns projetos que tem a necessidade de ser apreciado pelo governo, mas está sob pedido de vista e aí regimentalmente eles não podem vir ao plenário para serem deliberados. Então, não há matérias a serem deliberadas.

Portanto, está encerrada a Ordem do Dia e passemos às Comunicações de Lideranças. Pergunto se tem algum deputado que gostaria de fazer o uso da palavra.

Deputado Luizinho Goebel, com a palavra por 20 minutos com direito à aparte. Deputado Luizinho Goebel, do Partido Liberal.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Secretário ad hoc) – Partido PSC, com direito à fala.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Nosso futuro, Deputado Affonso, prefeito de Ji-Paraná.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Olá, senhores e senhoras, venho a esta tribuna mais uma vez para levantar aqui um tema de alta relevância para o cidadão do Estado de Rondônia. O Governo do Estado mandou um projeto à esta Assembleia Legislativa, através da Mensagem 265, que trata de pedido de autorização para que o governo contrate um financiamento. O valor do pedido de autorização para ser financiado: R\$ 1 bilhão e 502 milhões. Repetindo para não ficar nenhuma dúvida: mais de um R\$ 1 bilhão e 500 milhões.

E no projeto consta parte do recurso para infraestrutura. O que seria infraestrutura? Tem vários tipos de infraestrutura, mas elas não são citadas ali, nem qual o tipo e nem quais seriam.

Segunda parte do projeto, moradia. Sim, uma ação muito importante, moradia, mas não falam qual o modelo das moradias, quantas moradias, qual o valor de cada moradia, quem seria a pessoa atendida com essas moradias e onde essas moradias seriam construídas.

E, terceiro, para demais investimentos com projetos, que também não se fala quais os projetos ou quais as despesas. E aí, cidadão de Rondônia, sabe quem vai pagar essa conta? Você. Você. E você autorizaria o governo pegar um financiamento de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões sem você, que vai pagar a conta, saber no que será investido? Eu tenho certeza que, neste momento, você está falando: "Jamais! Não! Eu não posso aceitar." Como se não bastasse só isso, nós podemos falar algo mais. Não sabemos em quantas parcelas será pago esse financiamento, não sabemos quem está emprestando esse dinheiro, e também nós não sabemos quais os juros que serão cobrados. E aí, cidadão de Rondônia, você deve estar se perguntando: "Mas, eu vou pagar uma conta de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões sem saber

no que será investido? Sem saber de quem nós vamos pegar o dinheiro, sem saber em quantas parcelas pagaremos, não saber quanto de juros estamos pagando e de quem nós estamos pegando o financiamento?” Nenhum cidadão de Rondônia pegaria um financiamento nessa modalidade.

Então, Assembleia Legislativa, nós somos 24 deputados estaduais. E se, neste momento, eu perguntasse quem é que sabe o que realmente vai ser feito com esse dinheiro, quanto vai pagar de juro, onde será investido, de quem está pegando emprestado esse dinheiro, ninguém saberia responder. Então, é um projeto de muita responsabilidade para ser analisado, e eu convoco os pares para que analisem isso. Porque, no mínimo – no mínimo, Senhor Presidente –, nós deveríamos ter um projeto aqui dizendo o seguinte: nós estamos pegando um financiamento de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões, estamos pegando do “fulano de tal”, vamos pagar “X” de juros, vamos investir isso em tal obra, com valor aproximado de tanto, e aí, sim, nós poderíamos até pensar e aprovar esse projeto.

Porque nós, deputados estaduais, temos uma procuração do povo de Rondônia. Nós temos uma procuração do povo de Rondônia. Nós representamos aqui o povo de Rondônia. E nós podemos votar uma matéria dessa, um projeto dele sem saber o que estamos votando? Não. Podemos dar um cheque em branco? Não. Podemos contrair uma dívida de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões sem saber no que está sendo investido?

As pessoas que conhecem as rodovias estaduais de Rondônia sabem que elas, na sua grande maioria, estão em péssimas condições, péssimas condições de trafegabilidade. E, no projeto, deputados, não consta lá que eles vão comprar uma carriola, que eles vão comprar uma caçamba, que eles vão comprar uma motoniveladora, que eles vão comprar uma escavadeira. E aí? Nós vamos pegar esse dinheiro para fazer o quê?

Eu acho, pelo que eu ouvi falar, que eles querem terceirizar várias obras, vários serviços que o DER tem feito e mantido até hoje. E isso seria uma grande loucura que nós faríamos se nós autorizássemos isso.

Vou dar um exemplo, nosso líder, o Deputado Laerte, lá em Presidente Médici, município em que o senhor foi o deputado mais votado dos deputados de fora do município. Nós temos uma residência do DER em Ji-Paraná, que está a aproximadamente 40, 60 quilômetros de Estrela de Rondônia, que é um distrito de Presidente Médici. Tem uma residência do DER. Uma equipe técnica, uma equipe de servidores e uma equipe de máquinas. E lá em Ji-Paraná, que está aproximadamente a 60 km, Estrela de Rondônia, também tem uma estrutura de uma usina de asfalto.

Deputado Affonso, o senhor conhece também muito bem a região. Deputada Cláudia, Deputado Nim, e aí, lá mesmo em Estrela de Rondônia, Distrito de Presidente Médici, tem Cacoal, que está a aproximadamente 60 km, também, de distância. E, em Cacoal, tem uma residência do DER, uma estrutura gigante. E, se não bastasse a residência do DER de Cacoal, também nós temos uma

usina de asfalto em Cacoal. Com toda estrutura. Uma usina moderna. Com toda estrutura.

E aí, nós vamos à Alvorada D'Oeste, que é a nossa cidade, Deputado Laerte, onde nós sempre fomos bem votados lá, tanto eu quanto você; e nós temos uma outra residência do DER, Deputado Pedrinho. Uma outra residência do DER, que está a aproximadamente 70 km de Estrela de Rondônia.

E lá tem um trecho de asfalto da RO-479, se eu não me engano, de 10 km. Pensa na luta que é para a gente fazer o DER fazer aquela manutenção.

Se fosse no tempo do DEVOP (Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia), que eu trabalhei no DEVOP e, no tempo do Governador Ivo Cassol, eu tinha certeza que o Ivo Cassol iria reunir essas estruturas todas e, em 10 dias, ele iria fazer um asfalto de ponta a ponta daquela rodovia. Novo e de boa qualidade. E aí, com toda essa estrutura, hoje, eles têm dificuldade para manter um tapa-buraco. Fizeram um, depois de muita cobrança do Deputado Laerte; depois de muita cobrança do Deputado Luizinho fizeram um tapa-buraco. Só que já está cheio de buraco de novo.

Então, imaginem só, por que eu estou falando isso? Eu estou dando um exemplo da inoperância, da incompetência e incapacidade que o governo tem de fazer gestão na infraestrutura.

E se alguém quiser me contestar sobre isso, eu gostaria até que a gente pudesse promover aqui uma Audiência Pública com a presença do governo, do governador, de quem ele quiser mandar para cá, e nós vamos debater isso.

E aí, imaginem só, agora vem a pior parte. Olhem o que eu falei da estrutura que tem próximo de uma rodovia que tem 10 km. Se nós autorizarmos esse financiamento de R\$ 1 bilhão e 500 milhões, talvez eles gastem esse dinheiro, que é muito dinheiro — eu estou falando de mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões — que serão contraídos, mas que depois, com os juros, vai ficar muito mais do que isso. E imagina se eles investirem esse dinheiro para continuar fazendo o que está sendo feito neste momento.

Então, não dá. Nós não podemos. Quero deixar bem claro aqui, que eu não sou contra financiamento. Eu sou contra esse tipo de financiamento, porque você dá um cheque em branco para quem nem sequer sabe gastar o dinheiro. Seria um grande risco para toda a população do Estado de Rondônia.

Então, esse é o meu discurso. E, para aqueles colegas deputados que tiverem alguma dúvida, vamos debater isso; porque, nós, mais uma vez, se nós votarmos esse financiamento é como se nós estivéssemos votando — mais uma vez — o aumento do imposto de ICMS. Se nós votarmos esse financiamento é como se, mais uma vez, nós estivéssemos autorizando a taxação da produção agrícola do nosso Estado de Rondônia. O impacto é o mesmo.

Então, nós não podemos mais aceitar as mazelas. Nós não podemos mais continuar dando cheque em branco e, principalmente, um cheque de mais de R\$ 1 bilhão

e 500 milhões, para a gente não saber para onde vai o dinheiro, de onde vem o dinheiro, no que vai ser gasto o dinheiro, quanto de juros vamos pagar e quem está emprestando o dinheiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado, o senhor me concede uma Questão de Ordem, aí?

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Concedo, sim, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Só um minuto, Deputado Laerte.

Ainda na fala do Deputado Luizinho, eu ouvi atentamente sua fala, e, dentre aquilo que Vossa Excelência falou, eu concordo com algumas coisas. Eu acredito que é necessário esta Casa compreender melhor a matéria, e se faz necessário o estudo. Cada um aqui, dentro da sua consciência, vai buscar conhecer a matéria, aprofundar o conhecimento do que ela vem trazendo. E, por isso, ela não foi apreciada até agora.

Acho que está em tempo para que cada deputado aqui possa levantar as suas dúvidas e fazer os questionamentos como Vossa Excelência fez. É verdade que é R\$ 1 bilhão e meio. A proposta é essa, mas não existe capacidade de endividamento de R\$ 1 bilhão e meio. Essa capacidade era se fosse aprovado esse projeto ano passado. Esse ano a capacidade de endividamento caiu por conta de algumas concessões que nós fizemos, como, por exemplo, das forças de segurança. Aumentamos a Folha de Pagamento e, portanto, a capacidade de endividamento caiu. Então, hoje é em torno de R\$ 900 milhões.

E eu acredito, Deputado Luizinho, eu já votei bastante financiamento, assim como Vossa Excelência. Vossa Excelência ainda votou mais projetos de financiamento que eu, porque no mandato, que Vossa Excelência tem um a mais que eu, foi votado aqui cento e poucos milhões na época, que se corrigido no dia de hoje daria em torno de R\$ 500 milhões. Eu votei no mandato do Governador Confúcio Moura quase R\$ 1 bilhão, que se corrigido nos dias de hoje daria em torno de R\$ 3 bilhões. E hoje o Estado, mais uma vez, graças ao seu poder de pagamento em ordem, em dia, com o seu fluxo de caixa sendo superavitário, consegue ter essa linha de crédito para investimento.

É importante frisar que nosso Estado é um Estado ainda jovem, é um Estado ainda em pleno desenvolvimento. Quando você anda nos Estados afora, no Sul do país, você encontra estradas vicinais asfaltadas. Mas, isso não foi da noite para o dia. Isso foi ao longo de dezenas de anos de progresso, de desenvolvimento. O nosso Estado ainda está aquém desse desenvolvimento. Portanto, tomar empréstimos para investimento é, sim, um caminho para o progresso. Obviamente que aí eu concordo com Vossa Excelência que nós temos que ter o cuidado de

analisar os juros, que nós temos que ter o cuidado de saber de quem estamos tomando esse empréstimo. É óbvio que temos que ter o cuidado aonde vai ser aplicado esse empréstimo.

Mas, assim, eu só gostaria de falar isso porque entendo a sua preocupação. Se o senhor não fosse um deputado que tivesse conteúdo e algo acrescentar por esse Parlamento, não seria deputado de cinco mandatos. Mas, eu quero aqui dizer que nas suas palavras, em determinados momentos a gente interpreta que o governo tem a intenção de tomar esse empréstimo para algo pessoal. E aí a gente coloca uma má-fé, dá o sentimento de má-fé por parte do Executivo Estadual.

Então, eu só queria colaborar com Vossa Excelência, que a sua preocupação de saber o juros, de quem vai tomar empréstimo é totalmente, Vossa Excelência está completo de razão, mas nós não podemos interpretar como má-fé a tomada desse empréstimo, porque eu defendo: o Estado de Rondônia precisa de recursos para crescer ainda mais, investir em infraestrutura, porque é infraestrutura que traz o progresso. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Senhor Presidente. Só dizer que eu, na minha fala eu falei que eu não sou contra financiamento, desde que seja um financiamento viável. Porque quando eu vou pegar um financiamento no banco, eu que não consigo sair de financiamento, eu analiso as propostas. Eu sei de quem eu pego, quanto de juros eu vou pagar e, inclusive, eu sei onde eu vou gastar. Eu vou gastar para fazer um investimento ou pagar uma conta. Então, é isso que nós precisamos fazer. Então, obrigado, Presidente, pela sua fala. Importante que o senhor concorde comigo na questão de que a gente tem que saber o que está votando, tem que saber de quem está pegando, quanto está pagando de juro e, principalmente, no que será investido. Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Laerte Gomes, Vossa Excelência gostaria de fazer apenas uma Questão de Ordem? O espaço também está aberto aqui, por causa de Vossa Excelência...

O SR. LAERTE GOMES – Não. Só para, indo de acordo com o pronunciamento do nosso colega Deputado Luizinho. Presidente, a preocupação Deputado Luizinho em parte eu concordo, porque é uma matéria que está aqui na Casa, mas não tem previsão de pauta de votação. O governo já se comprometeu inclusive de melhorar o projeto, de colocar dentro do projeto as informações necessárias, quais rodovias vão ser recapeadas, quais rodovias vão ser pavimentadas; a questão das casas populares está dentro do projeto — para atender as pessoas

de baixa renda, que eu também acho importantíssimo. É o sonho do cidadão ter a sua casa própria. Então, todas as informações vão chegar.

Esse projeto não se discute, agora, a pauta e a votação dele. Mas, é importante deixar registrado aqui também que o financiamento, como Vossa Excelência muito bem disse, não é mais R\$ 1 bilhão e meio, Deputado Luizinho. Devido às concessões de aumentos que foram dados aqui na Assembleia no final do ano, deve girar em torno de algo de R\$ 800 milhões, que é a capacidade hoje do Estado, devido às despesas que foram aumentadas pelo Estado.

O projeto, a proposta veio para cá, vai ser debatida. O governo vai, com certeza, dar as informações necessárias a todos aqueles parlamentares que compõem esse Parlamento, aos 24. Vão ser discutidas as rodovias. É uma prerrogativa do Executivo escolher as rodovias, fazer o trabalho que vai ser feito, ou é recapeamento, ou é construção de novas rodovias.

Saindo daqui, Presidente Jean, passa pelo Tesouro Nacional e aí o Estado, dentro do que a legislação obriga, vai buscar captação desses recursos com a melhor taxa de juros, com o melhor prazo para poder pagar, com o melhor negócio para o Estado.

As propostas de financiamento têm de vários bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica, de bancos internacionais e logicamente, que o Estado não é irresponsável e nem pode ser, porque os órgãos de controle estão acompanhando e fiscalizando. O Governo do Estado vai pegar a melhor taxa de juros, com o melhor prazo, como qualquer cidadão empreendedor faz para poder fazer os investimentos necessários à infraestrutura de Rondônia. Rondônia cresce. A iniciativa privada cresce muito mais rápido do que a capacidade do Estado de investir em infraestrutura. São bandeirantes que estão chegando aqui no Estado, Deputado Jean, é do Rio Grande do Sul, é do Paraná, é do Mato Grosso, é de várias regiões do Brasil, arrendando terras, plantando soja, plantando algodão, plantando milho. E nós precisamos dar o quê para esses produtores rurais? Estrada de qualidade para poder escoar a produção.

O Estado tem capacidade, hoje, de fazer com recurso próprio? Não tem. O financiamento, a cada R\$ 1,00 que você investe no financiamento em estrada e recuperação de estrada vai dar retorno, Deputado Pedro, você que foi prefeito, de quatro, cinco, dez vezes mais para o Estado e a população de Rondônia, como Vossa Excelência muito bem colocou.

Então, é importante o financiamento. E pode ficar tranquilo, Deputado Luizinho, a preocupação de Vossa Excelência é louvável, as taxas de juros, o prazo de financiamento. O Estado é obrigado a procurar a melhor taxa, a melhor proposta, o melhor negócio. O Tesouro Nacional ainda vai ter que autorizar.

Então, é um processo que se nós aprovarmos aqui, quando aprovar, eu tenho certeza que esta Casa vai aprovar, quando vir as informações necessárias, ainda vai demandar um tempo para que seja liberado este recurso.

Mas, o Estado, a visão do Governo do Estado é discutir com os deputados; as informações vão chegar, as rodovias que vão ser pavimentadas, que vão ser recapeadas. Inclusive, ontem eu estive com o Diretor do DER. Já tem mais ou menos um esboço do que vai ser, vai ser incluído dentro do projeto. Todas as informações necessárias vão ser dadas, até porque o governo quer total transparência nisso.

Esse empréstimo, como foi muito bem colocado, não é para o governador, não é para o DER, esse empréstimo é para o Estado de Rondônia, é para a população de Rondônia, para investir naquilo, Deputado Jean, que mais se faz necessário agora: melhorar a nossa infraestrutura em Rondônia para que possamos ter aumento de produção e conseqüentemente, melhoria aqui no nosso Estado.

Obrigado Presidente, pelo aparte que Vossa Excelência me deu.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Me permita um aparte, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Uma Questão de Ordem, só para colaborar, rapidinho, com a fala do Deputado Laerte.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Luizinho, depois o Deputado Delegado Camargo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então, Deputado Laerte, é só para dizer que a proposta que o governo mandou para a Assembleia Legislativa é mais de R\$ 1 bilhão e 500 milhões, é o que está...

O SR. LAERTE GOMES – Não tem capacidade mais, porque virou o ano.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Tudo bem, mas é o que mandou, segundo o projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – A tabela está desatualizada.

O SR. LAERTE GOMES – Está desatualizada, meu companheiro.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – O projeto talvez poderia até ter sido votado e que eu e o Deputado Delegado Camargo apresentamos um Requerimento que impede a votação do projeto desde que não venha informação. E terceiro, o governo, pode ser que agora ele venha conversar com os deputados, sim. Porque a proposta que ele mandou não conversou com ninguém, queria que votasse, inclusive, da mesma forma que sempre vota a maioria das coisas, sem ler. É a proposta que foi feita, é que nós seguramos isso.

O SR. LAERTE GOMES – Não, Deputado Luizinho, me desculpa.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só um momento.

O SR. LAERTE GOMES – A gente tem que colocar os fatos, Deputado Jean, 30 segundos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deixa o Deputado concluir a fala dele, eu abro para Vossa Excelência falar.

O SR. LAERTE GOMES – Jamais o governo quando vota matéria, o presidente pauta, essa matéria jamais foi discutido pauta. Jamais foi discutido pautar e votar a matéria. Então isso não procede. Quando for discutido aí vão ser chamados os deputados - porque aqui todo deputado tem liberdade de conversar com a presidência, com todos os deputados, têm liberdade de pedir vista, informação, isso faz parte do nosso mandato, do Regimento -, mas jamais foi pautada essa matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Eu gostaria só de deixar bem claro, o Deputado Laerte é o líder do governo, e aqui ele está falando em nome do governo, mas o governo manda as propostas para a Casa, mas quem delibera e a forma como delibera somos todos nós. Então, se dissesse aqui que “ah, vai ser aprovada sem ler” isso é uma culpa nossa, nós não podemos responsabilizar o governo por isso.

Mas, eu posso lhe dizer, Deputado Luizinho, que essa irresponsabilidade eu pretendo não cometer. Acredito que Vossa Excelência, fazendo essa alerta, já deve estar estudando o projeto.

Então, aqui, todos os deputados, como Vossa Excelência muito bem disse, têm uma procuração, que é esse diploma que foi expedido para cada um de nós como mandato de deputado e cada um aqui age conforme a consciência, a sua própria consciência diante daqueles que lhe conduziram a esta Casa.

Então, os deputados aqui sabem que têm um comprometimento com a população de Rondônia e qualquer projeto que for aprovado aqui, a população lá do município mais distante, na linha mais distante, vai cobrar, porque hoje existe uma coisa, Deputado Alan, que fortalece o mandato e não é só deputado que hoje é fiscal, a população inteira é fiscal porque hoje, nós temos transparência, nós temos acessibilidade ao que se discute na Assembleia.

Neste exato momento, existem pessoas assistindo a essa Sessão, existe pessoas tendo conhecimento sobre esse projeto. Então, a internet facilitou o conhecimento das pessoas. Aqui todos nós temos que prestar contas. E esse mandato, cada um “toca” o mandato como acha que tem que “tocar”, mas esta Casa, deixando bem claro, não pautou esse projeto.

O governo encaminha a Mensagem para a Casa, mas quem pauta e quem vota são os deputados. Então, a gente não pode transferir essa responsabilidade, Deputado Luizinho. E também não podemos nos omitir aqui, porque essa é uma questão interna da Casa. Nós não podemos responsabilizar o governo por isso.

E se a gente quisesse aprovar sem o consentimento, a

fala do governo, a gente aprovaria. Mas, nos entendemos a complexidade do projeto e é óbvio que, como muitos projetos, fazemos questão de ter o embate. Um embate muitas vezes exaustivo, que perdura por semanas, às vezes, meses.

O projeto está vencido, não foi aprovado quando foi mandado. Projeto é do ano passado, nós não votamos. O projeto já está desatualizado, por quê? Porque, da época que o governo encaminhou para esse exato momento, já não encaixa mais aquele projeto. O governo vai ter que mandar outra proposta. Então, só para deixar bem claro isso aí.

Deputado Rodrigo, com direito à aparte. Aparte não, é Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, eu quero novamente parabenizar o Deputado Luizinho Goebel pela coerência e principalmente por Vossa Excelência, Deputado Luizinho, repito, ser quem o senhor é e não aquilo que eles gostariam que o senhor fosse. Parabéns pela personalidade e coragem do senhor levantar temas importantes aqui.

Como conservador, eu estou convencido de que uma medida eficaz de proteção ao bolso dos rondonienses deve ocupar um papel principal na discussão de qualquer projeto de recuperação ou de investimento em qualquer área do Estado.

Aliás, eu quero deixar isso muito bem registrado que eu fico muito contente, Deputado Luizinho, e em momento algum fiquei ressentido e muito menos magoado por ser tão categoricamente descartado num cenário de aumento de impostos proposto pelo atual governo, como por exemplo, aumento da alíquota do ICMS.

Vejo uma transformação extraordinária nesse tocante à pauta governamental e me sinto feliz por não fazer parte disso. Nós vemos primeiro isenção ou perdão de multas e juros para grandes devedores do Estado; logo na sequência aumento da carga tributária; agora aporta nessa Casa o pedido de endividamento do Estado sabe se dá por quantos anos que irá impactar as futuras gerações inclusive.

Então, eu quero acreditar que nós temos que ter muita cautela e agir de uma forma sensata. Porque, ao meu ver, analisar o presente projeto e colocá-lo para votação seria um ato cruel e de maligna negligência. Significaria ao meu ver, abandonar o Estado de Rondônia, votar o projeto no estado em que se encontra.

Então, quando Vossa Excelência traz isso à tona, eu tenho certeza que, de forma prematura, envergonharia para sempre todos aqueles que carregassem a culpa de votar um projeto cujo o valor está desatualizado.

Para aqueles que nos acompanham, o espaço fiscal é aquela capacidade de buscar recursos que o governo tem. Se você acessar o site do Tesouro Nacional Transparente, hoje, é de R\$ 980 milhões e mandaram o projeto com R\$ 1 bilhão e 500 milhões e, ali, sequer diz as garantias que serão dadas para quitação dessa dívida.

Deputado Luizinho, quero deixar bem claro, fazer um alerta e deixar registrado nos Anais desta Casa. Não se

enganem. Se o governo aprovar esse endividamento, sabe o que vai acontecer? Ele irá atrás para taxar o agro a fim de cobrir o compromisso com o pagamento das parcelas desse financiamento. Eu estou adiantando. Não se enganem. Se aprovar esse endividamento logo mais na frente o próximo passo será taxar o agro para quitar as parcelas do financiamento.

Aumentar o ICMS, sabe o que aconteceu? Gerou o contrário que todo mundo sabe. Diminuiu a arrecadação. Mas, é óbvio! Qualquer pessoa sabe disso. Governo conseguiu. Não se enganem. O próximo passo é a taxação do agro e do pequeno minerador. Pode escrever. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Senhor Presidente, para liderança do governo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Senhores deputados. Nós estamos aqui em um ciclo vicioso de Questões de Ordem. Eu vou conceder mais uma vez porá o líder do governo e uma vez para o Deputado Camargo. Mas, eu queria antes de conceder essa Questão de Ordem...

O SR. LAERTE GOMES – O Deputado Camargo nem pediu, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Não, o Deputado Camargo não; o Deputado Ribeiro. Perdão.

Mas, antes de conceder a Vossa Excelência, líder a Questão de Ordem, eu só queria dizer para o Deputado Camargo que a sua retórica traz o sentimento de que essa Casa pautaria esse projeto e votaria a qualquer momento.

E eu gostaria de deixar bem claro, que nós não pautamos e nós não seríamos irresponsáveis. E não foi por conta do Requerimento do Deputado Luizinho e de Vossa Excelência. Eu, o Deputado Jean Oliveira, não votaria esse projeto como está. Estou falando por mim, porque eu posso falar por mim, não posso falar por mais ninguém. Mas, Vossa Excelência disse... Se Vossa Excelência quiser, pode puxar aí na gravação, que Vossa Excelência falou que esse projeto, como se ele já estivesse pronto para ser pautado, e através de Vossa Excelência e do Deputado Luizinho Goebel não foi pautado. Não. Esse projeto não foi pautado, porque ele não está maduro para ser votado.

Então, assim, o sentimento de Vossa Excelência de maior discussão, do Deputado Luizinho, de maior discussão é o que eu tenho. E não estou adiantando posicionamento nenhum de que sou contra ou sou a favor. Pelo contrário. Se tem uma coisa que eu sou a favor e que o governo... vou dar ao governo a oportunidade de me provar que esse projeto é benéfico, votarei sim, porque eu sou a favor do progresso, da infraestrutura.

Hoje, nós temos uma carência de pontes. Não existe mais a matéria-prima em abundância para construir uma ponte, que era madeira, como tinha antigamente. E hoje tem uma necessidade, inclusive já até apontei isso para o governador. Falei: "Governador, tem a necessidade de

construir pontes, pontes definitivas". E esse dinheiro é importante para isso. Por isso que deve ser discutido e aplicado da melhor forma.

Deputado Laerte, só peço para que seja rápido.

O SR. LAERTE GOMES – Vou ser bem rápido e breve aqui sobre a questão da liderança do governo, Senhor Presidente. Essa matéria não está sendo nem discutida pautar.

Primeiro, que o Deputado Luizinho, como disse já com o Deputado Camargo, ele sabe, conhece o Regimento, tem pedido de informação na matéria. Já de início, suspende a tramitação dela e a votação.

Então, nós estamos fazendo discursos e falando e falando de algo que não está nem na previsão de ser pautada. Mas, com certeza vai ser discutido. As informações, a gente já comunicou que o governo vai encaminhar, que é o papel dele, como é prerrogativa do governo — do planejamento do governo — escolher as estradas, quais as RO's vão ser pavimentadas, fazer o planejamento dele, e ele vai passar essa informação para cá. Então, isso está muito claro já.

Quanto à questão do Deputado Camargo, quando ele cita, e é verdade, foram votadas essas matérias que ele falou, como também foi votado o aumento dos delegados de Polícia Civil, dos coronéis, foi votado tudo dentro desta Casa. Então, a gente tem que colocar que isso tudo pesa no final. Então, o Estado precisa, sim, do financiamento, precisa investir na melhoria da nossa infraestrutura.

Todos os governos de direita do Brasil têm feito financiamento. Você pode ir a São Paulo que o Tarcísio está fazendo financiamento; no Paraná, que o Ratinho está; em Goiás, que o Governador de Goiás está. Todos os governos estão. Então, tem que ter investimento, tem que ter financiamento, tem que investir em infraestrutura para poder escoar nossa produção.

Rondônia é o Estado que mais cresce, percentualmente mais rápido, os investimentos de produção, Deputado Pedro. Então, o Estado não consegue acompanhar esse ritmo, porque nós somos um Estado gigante, maior que o Estado do Paraná, com mais de 360 mil quilômetros quadrados, só com 52 municípios, como o Deputado Jean muito bem disse. Um Estado que o orçamento ainda é muito pequeno. Então, precisa de investimento para poder investir nas rodovias, para nós darmos condições aos produtores produzirem, para melhorar a arrecadação do Estado.

E quanto ao Deputado Camargo, quando ele fala da tributação do agro, aí é "Mãe Dináh", aí eu não vou discutir com previsão, meu líder, com todo o respeito e carinho que eu tenho por Vossa Excelência.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Ribeiro.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Obrigado. Só para alimentar o debate, dizer que foi construída essa ideia do financiamento desde o ano passado. Nós tivemos um debate muito grande com relação ao aumento das forças de

segurança. O Estado teve muito esforço em cumprir o compromisso do governador, em fazer o realinhamento das forças de segurança. Foi um investimento muito alto e ali nasceu a ideia, a vontade da equipe econômica em fazer esse financiamento para melhorar a qualidade das estradas, o investimento no Estado de Rondônia.

E o governador, no começo, foi convencido que existiria essa necessidade. O investimento com as forças de segurança foi um orçamento que nós aprovamos aqui, no final do ano passado. Teve aquele debate muito intenso. Foi um investimento de quase R\$ 900 milhões, escalonado em três anos. Tivemos a queda de arrecadação, tivemos que ter o aumento da tributação do ICMS, algo normal que todos os Estados estavam fazendo. Mas, nós tivemos um debate, que a Casa é para isso, a Casa é para o debate, para prevalecer o espírito democrático. E agora nós teremos, este ano, essa capacidade de o Estado ter esse financiamento.

Eu acredito que, como já disse o Deputado Jean e como disse o nosso líder, o projeto vai estar na Casa, vai ser muito bem explicado, muito bem detalhado e nós, como parlamentares aqui, como representantes do povo, iremos detalhar e sair com a melhor solução. É um investimento que o Governo do Estado de Rondônia fez ano passado no realinhamento das forças de segurança, e agora tem esse financiamento para o Estado tocar. Tocar os investimentos não só na área das estradas, mas também em outras áreas para melhor andamento da economia do Estado de Rondônia.

No mais, eu finalizo dizendo que eu acredito, confio no governador, nas pautas republicanas, e nós estamos juntos para atender sempre ao Estado de Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribeiro do Sinpol.

E, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 19 de março no horário regimental, às 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 31 minutos)